

## Relatório de Administração

participação da CPFL Geração nos seguintes leilões de transmissão: (i) em junho de 2018, a companhia venceu o Lote 9 (subestação Maracanãú II) no Ceará, e (ii) em dezembro de 2018, a companhia venceu os Lotes 5 (subestação Itá), em Santa Catarina, e 11 (subestações Osório 3, Porto Alegre 1 e Vila Maria), no Rio Grande do Sul. Também tivemos a criação CPFL Soluções, que reúne serviços e produtos antes oferecidos sob as marcas CPFL Brasil, CPFL Serviços e CPFL Eficiência. Dessa forma, passamos a ter uma plataforma integrada de interação com os clientes que buscam soluções para comercialização de energia, eficiência energética, geração distribuída, infraestrutura energética e serviços de consultoria. Cabe ressaltar ainda que a CPFL promoveu a incorporação da distribuidora RGE ("Incorporada") pela RGE Sul ("Incorporadora"). O agrupamento das concessões das 2 empresas se realizou mediante incorporação do ativo patrimonial da Incorporada pela Incorporadora em 31 de dezembro de 2018. Também tivemos a entrada em operação da PCH Boa Vista II (2,9 MW de capacidade instalada), em novembro de 2018, e a participação da CPFL Renováveis no Leilão A-6 de agosto de 2018. A companhia venceu com os seguintes projetos: (i) PCH Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, e (ii) Complexo Eólico Gameleira, com 69,3 MW de capacidade instalada, localizado no estado do Rio Grande do Norte. Ainda em relação à CPFL Renováveis, tivemos a realização da OPA Mandatória da companhia em 26 de novembro. Como resultado do leilão, a State Grid adquiriu 243.771.824 ações ordinárias de emissão da companhia, representativas de 48,39% do capital social da companhia. As ações ordinárias foram adquiridas pelo preço de R\$ 16,85, totalizando o valor de R\$ 4,1 bilhões. A State Grid e a CPFL Geração (controlada indiretamente pela State Grid) passaram a deter, em conjunto, 503.520.623 ações ordinárias de emissão da companhia, equivalente a 99,94% do capital social total da companhia. A estrutura de capital e a alavancagem consolidada da CPFL Energia permanecem em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 3,05 vezes o EBITDA ao final do trimestre, no critério de medição de nossos *covenants* financeiros, menor do que no ano anterior. Vale ressaltar que a redução nas taxas de juros beneficiou a Companhia. Finalmente, a administração da CPFL segue otimista em relação aos avanços do setor elétrico brasileiro e continua confiante em sua plataforma de negócios, cada vez mais preparada e bem posicionada para enfrentar os desafios e oportunidades no país.

**Distribuição:** foram feitos investimentos na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e no reforço do sistema elétrico para atender ao crescimento de mercado, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes, entre outros. Em 31 de dezembro de 2018, nossas distribuidoras possuíam 9,6 milhões de clientes, um acréscimo de 0,2 milhão de clientes. Nossa rede de distribuição consistia em 323.979 km de linhas de distribuição (acréscimo de 5.961 km de linhas), incluindo 464.627 transformadores de distribuição (acréscimo de 6.886 transformadores). Nossas cinco subsidiárias de distribuição tinham 12.564 km de linhas de distribuição de alta tensão entre 34,5 kV e 138 kV (acréscimo de 60 km de linhas). Nesta data, detínhamos 548 subestações transformadoras de alta tensão para a mesma tensão para subseqüente distribuição (aumento de 0,1 subestação), com capacidade total de transformação de potência de 110 MVA). **Geração:** em 2018, foram investidos R\$ 237 milhões, sendo R\$ 12 milhões de geração convencional e R\$ 225 milhões de geração renovável, destinados principalmente à PCH Boa Vista II, que entrou em operação em novembro de 2018.

### 6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de governança corporativa da CPFL Energia e das sociedades controladas se baseia nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Em 2018, CPFL completou 14 anos da abertura de seu capital na B3 e na Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE"), com mais de 100 anos de atuação no Brasil, a Companhia possui ações listadas no Novo Mercado de B3 e ADRS Nível III da NYSE, segmentos de listagem diferenciados que reúne empresas que aderem às melhores práticas de governança corporativa. Todas as ações da CPFL são ordinárias, ou seja, dão direito de voto e os acionistas tem assegurado *Tag Along* de 100% em caso de alienação do controle acionário. A Administração da CPFL é formada pelo Conselho de Administração ("Conselho"), órgão de deliberação, e pela Diretoria Estatutária, órgão executivo. O Conselho é responsável pelo direcionamento estratégico dos negócios da holding e das empresas controladas, sendo composto por 7 membros (sendo 2 membros independentes), cujo prazo de mandato é de 1 ano, com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Riscos e Sustentabilidade, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos como a gestão de pessoas e a sustentabilidade do acionista. O acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas e acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. A Diretoria Executiva é composta por 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Presidente Adjunto e 6 Diretores Vice-presidentes, todos com mandato de 2 anos, com possibilidade de reeleição, cuja responsabilidade é a execução da estratégia da CPFL Energia e de suas sociedades controladas, que são definidas pelo Conselho em linha com as diretrizes de governança corporativa. A fim de garantir o alinhamento das práticas de governança, o Diretor Presidente e o Diretor Presidente Adjunto ocupam posições no Conselho de Administração das empresas que fazem parte do grupo CPFL. A CPFL possui um Conselho Fiscal permanente, composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, que também exerce atividades de Audit Committee, em atendimento às regras da Lei Sarbanes Oxley (SOX) aplicáveis às empresas estrangeiras listadas em bolsa de valores nos Estados Unidos. As Diretrizes e o conjunto de documentos elaborados para a governança corporativa estão disponíveis no website de Relações com Investidores <http://www.cplf.com.br/ri>.

### 7. MERCADO DE CAPITAIS

A CPFL Energia, com 5,25% (até 31 de dezembro de 2018) de suas ações em circulação no mercado (*free float*), tem suas ações negociadas no Brasil (B3) e na Bolsa de Nova York (NYSE). Em 2018, as ações da CPFL Energia apresentaram valorização de 49,1% na B3 e de 29,4% na NYSE, encerrando o ano em cotadas a R\$ 28,85 por ação e US\$ 14,80 por ADR. O volume médio diário de negociação atingiu R\$ 12,8 milhões, dos quais R\$ 11,1 milhões na B3 e R\$ 1,7 milhões na NYSE, representando uma redução de 73,7% em relação a 2017. O número de negócios realizados na B3 reduziu em 49,1%, passando de uma média diária de 3.230 negócios, em 2017, para 1.645 negócios, em 2018.

### 8. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Desenvolvemos iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo CPFL, os compromissos e as diretrizes de atuação visam promover o desenvolvimento sustentável e são incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaca a seguinte declaração: "Mudança do Clima: mantemos foco estratégico em temas de baixo carbono e projetos que visam combater a mudança climática e seus impactos, como o estudo interno sobre precificação de carbono e a estruturação do portfólio de produtos de baixo carbono do grupo. Além disso, atuamos junto a organizações como Rede Brasileira do Pacto Global, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), *World Business Council For Sustainable Development* (WBCSD), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Iniciativas Empresariais em Clima (IECs), entre outras iniciativas e grupos empresariais. **Sistema de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas:** Atuação em áreas de talentos, competências, conformidade, chaves para a atuação da holding e de suas empresas controladas na cultura da gestão, ética, que inclui o Comitê de Ética (Comitê de Ética); (ii) Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET); (iii) Regimento Interno do COMET; (iv) Canal Externo de Ética; (v) CPD (Comissão de Processamento de Denúncias); (vi) Plano de Divulgação; e (vii) Capacitação. Podemos destacar as seguintes ações realizadas em 2018: a) Pilulas da Integridade (comunicações internas) específicas sobre diretrizes do Código de Conduta Ética; b) Treinamentos presenciais sobre Integridade e Ética para Público Sênior (Jurídico, Regulatório, RH, Poder Público), Eletricistas e colaboradores da CPFL Atende (Call Center); c) Evento para celebrar o dia Internacional Contra a Corrupção em parceria com a Associação Nacional de Integridade e Capacitação Operacional. Neste ano ainda tivemos a conclusão do 1º Ciclo dos Programas "Voando Alto" e "Decola Líder", que trouxeram melhores práticas de liderança a 150 gerentes e mais de 700 líderes respectivamente. Outra importante ação corporativa foi o lançamento do Programa "Expanding Horizontes", que se estende no ano de 2019 potencializando a atuação dos 35 executivos do Grupo CPFL Energia. O ano ainda foi marcado pela unificação das plataformas de aprendizagem, integrada com todo o Cadastro de Colaboradores do Grupo CPFL (Multi RH) que trouxe agilidade, melhoria na performance e alcance dos treinamentos oferecidos pela empresa. **Rede de Valor:** Em 2018, foram realizados três encontros do evento Rede de Valor, com o objetivo de fortalecer a atuação das empresas do grupo em apoio ao desenvolvimento de obra intensiva do Grupo CPFL. O primeiro encontro aconteceu em 23/05/2018, e tivemos as seguintes palestras: • Gestão, Excelência, Ética - Marco BARDEGI (Chief Operations Officer da Fundação Nacional da Qualidade - FNQ); • Programa de Integridade - Helio Takashi Ito (Gerente de Riscos, Auditoria e Compliance do Grupo CPFL); • Informações sobre SUPRE - FUNCOGE (Simpósio de Suprimentos e Logística das Empresas do Setor Elétrico). O segundo encontro foi realizado em 25/09/2018, e tivemos duas palestras: • Reforma Trabalhista: Panorama atual - Dr. Jorge Gonzaga Matsumoto (Câncio Bichara Advogados); • Segurança nas empresas: Criação e implementação de um plano de (Gerente de Saúde e Segurança do Trabalho). Para o último encontro do ano, realizado em 05/12/2018, tivemos as seguintes palestras: • Cenário Macroeconômico - Silvio Campos Neto (Economista-sênior da Tendências Consultoria); • Desafios do Setor Elétrico - Rafael Calbasa (Gerente de Estratégia do Grupo CPFL); • Novo Portal Financeiro de Fornecedores - André Barbosa (Especialista em Gestão de Caixa do Grupo CPFL). **Relacionamento com a comunidade: (i) Cultura e Esporte** - Em 2018, o Instituto CPFL completou 15 temporadas de programação cultural, consolidando sua atuação em todo o território nacional e integrado em uma única rede programas sociais, culturais e esportivos. 2018 marcou o aniversário de 15 anos do Instituto CPFL, com o lançamento do projeto "Cine Sem Fronteiras" com mais de 300 mil pessoas. Uma das novidades da programação cultural foi o *Parque Musical*, uma praça sob rodas que ocupou áreas originalmente destinadas a estacionamento de automóveis em 33 cidades. O projeto fez parte do Circuito CPFL, que incluiu também sessões de cinema do Cine Solar, corridas, caminhadas e passeios ciclísticos, totalizando 180 atividades e 47 mil pessoas atingidas. Outro destaque foi o *Mês da Cultura Chinesa*, em setembro, com atividades no Café Filosófico CPFL e concertos da *Orquestra Sinfônica de Zhejiang* - a programação especial totalizou 30 eventos, em 5 cidades, e atingiu 25 mil pessoas. Na mesma ocasião, o Instituto CPFL realizou o primeiro encontro contínuo de *lives* transmitidas ao vivo dos encontros em redes sociais. Ainda na sede do instituto, o Cine CPFL exibiu 96 sessões, a Música Contemporânea ofereceu 14 concertos, e como eventos especiais foram organizados 2 festivais de cinema (13º Festival de Cinema Latino-Americano de São Paulo e 41ª Mostra Internacional de Cinema de São Paulo) e 1 festival de música (5º Festival de Música Contemporânea Brasileira), totalizando público de 5.500 pessoas. Nas redes sociais, o Instituto CPFL atingiu 1,5 milhão de pessoas (somadas as *lives* e 600 mil seguidores nas plataformas digitais), realizou 20 produções audiovisuais e lançou 15 conteúdos em vídeo. **Relacionamento com o meio ambiente:** O Instituto CPFL possui um dispositivo de investimento social privado do Grupo CPFL, o Instituto CPFL reforçou, em 2018, o seu compromisso com o desenvolvimento local, incentivando o fortalecimento de políticas públicas. Essa atuação teve como objetivo fomentar o protagonismo social a partir da construção de uma grande rede de conhecimento. Os investimentos em iniciativas culturais e esportivas totalizaram R\$ 18.217,47. **(ii) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA (1% I.R.)** - Em 2018, as empresas do Grupo destinaram R\$ 2,1 milhões para os Fundos Municipais da Criança e do Adolescente em 15 municípios. **(iii) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso - CMI (1% I.R.)** - Em 2018, as empresas do Grupo destinaram R\$ 1,9 milhões aos Fundos Municipais da Pessoa Idosa de 3 municípios para apoiar projetos de desenvolvimento tecnológico e de programa de qualificação de alas de atendimento a idosos de dois hospitais, incluindo Hospital do Câncer de Barretos; **(iv) Voluntariado** - Em 2018, foram desenvolvidas 21 ações com participação direta de 560 voluntários. As ações desenvolvidas em 9 cidades da área de concessão beneficiaram aproximadamente 3.300 pessoas diretamente. **(v) Projeto Biblioteca Comunitária** - O objetivo do projeto é a construção de bibliotecas em 15 municípios. Em 2018, as empresas do Grupo destinaram R\$ 1,9 milhões para apoiar projetos de ampliação tecnológica de Hospitais de Atendimento à Pessoa com Câncer em quatro municípios da área de interesse; **(vi) Eficiência energética (0,5% da ROL)** - O objetivo do Programa de Eficiência Energética é promover o uso eficiente e racional de Energia Elétrica por meio de projetos. Em 2018, investimos R\$ 67,6 milhões em projetos de Eficiência Energética. Contabilizamos, ainda, a conclusão de 44 projetos durante o ano de 2018, dos quais apuramos os seguintes quantitativos; entre os clientes de baixo poder aquisitivo, foram atendidas 56.613 residências e 107 Prédios Públicos, com a regularização de 1.370 lâmpadas e 7.199 geladeiras; na tipologia Educacional, contabilizamos 20 modelos mais eficientes (LED), instalação de 4.000 aquecedores solares e 7.820 trocadores de calor; entre os clientes da tipologia de Poder Público, Serviço Público, Industrial, Comercial ou Residencial, foram contabilizados o atendimento de 42 Prédios Públicos, 19 Hospitais, 3 Prédios Comerciais, 96 Escolas, 1 Condomínio e 7.199 residências, resultando na substituição de 105.984 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED), 32.521 Sistemas de Iluminação (Luminárias, Lâmpadas e Reatores) e instalação de 23 bombas, 3 Chiller, 2 Torres de Resfriamento, 62 Motores, 2 Compressores, 38 Ar-condicionados de ar condicionado e 17.995 geladeiras; na tipologia Residencial, contabilizamos a capacitação de 107.274 alunos e 5.154 Professores e 461 escolas de 158 municípios; por fim, contabilizamos a substituição de 443 motores em 17 indústrias no Projeto Prioritário da ANEL de Bônus Motores. Em 2018 foram apropriados 81,4 milhões para o Programa de eficiência energética (0,4%) e R\$ 20,3 milhões (0,1%) foram provisionados, conforme Lei 13.280/2016, a serem repassadas oportunamente para o PROCEL; **(vii) Projeto Tamboro** - visa implantar novas metodologias educacionais, através da utilização de uma plataforma adaptativa de aprendizagem baseada em jogos. Em 2018, foram atendidos cerca de 22 mil alunos de 14 escolas da rede pública em Santos e 10 mil alunos de 13 escolas particulares em São Paulo. **(viii) Projeto ToLife** - implantação de um sistema para classificação de risco clínico e organização do fluxo de pacientes em Unidades de Pronto Atendimento de hospitais públicos e/ou que atendam SUS. Em 2018, foram atendidas 6 unidades de saúde do município de Campinas, incluindo a unidade de atendimento da UNICAMP, 3 unidades de saúde em Sorocaba e uma unidade de saúde em Americana. O investimento foi de R\$ 182 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(ix) Projeto Bibliotecas Comunitárias** - visa democratizar o acesso à leitura de literatura e contribuir com o desenvolvimento social e cultural de comunidades carentes. O investimento foi de R\$ 107,9 mil para a aquisição de uma biblioteca. Em 2018, foi continuada a implementação de 02 bibliotecas em estado de São Paulo, nos municípios de Marília; Bebedouro, e 02 bibliotecas no Rio Grande do Sul (nos municípios de Ijorinha e Nova Hartz). O investimento foi de R\$ 846 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES. As ações de investimento social local foram executadas em 128 cidades e atingiram aproximadamente 230 mil pessoas. **(x) Escola de Eletricista** - Escola de Eletricista é realizada em parceria com o SENAI, em mais de 10 Centros de Treinamentos só no estado de São Paulo e mais 4 no Rio Grande do Sul, visando qualificar mão de obra na atividade de eletricista de Distribuição e mitigar o investimento em R\$ 1,9 milhões, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xi) Projeto ToLife** - implantação de um sistema para classificação de risco clínico e organização do fluxo de pacientes em Unidades de Pronto Atendimento de hospitais públicos e/ou que atendam SUS. Em 2018, foram atendidas 6 unidades de saúde do município de Campinas, incluindo a unidade de atendimento da UNICAMP, 3 unidades de saúde em Sorocaba e uma unidade de saúde em Americana. O investimento foi de R\$ 182 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xii) Projeto Bibliotecas Comunitárias** - visa democratizar o acesso à leitura de literatura e contribuir com o desenvolvimento social e cultural de comunidades carentes. O investimento foi de R\$ 107,9 mil para a aquisição de uma biblioteca. Em 2018, foi continuada a implementação de 02 bibliotecas em estado de São Paulo, nos municípios de Marília; Bebedouro, e 02 bibliotecas no Rio Grande do Sul (nos municípios de Ijorinha e Nova Hartz). O investimento foi de R\$ 846 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES. As ações de investimento social local foram executadas em 128 cidades e atingiram aproximadamente 230 mil pessoas. **(xiii) Escola de Eletricista** - Escola de Eletricista é realizada em parceria com o SENAI, em mais de 10 Centros de Treinamentos só no estado de São Paulo e mais 4 no Rio Grande do Sul, visando qualificar mão de obra na atividade de eletricista de Distribuição e mitigar o investimento em R\$ 1,9 milhões, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xiv) Projeto ToLife** - implantação de um sistema para classificação de risco clínico e organização do fluxo de pacientes em Unidades de Pronto Atendimento de hospitais públicos e/ou que atendam SUS. Em 2018, foram atendidas 6 unidades de saúde do município de Campinas, incluindo a unidade de atendimento da UNICAMP, 3 unidades de saúde em Sorocaba e uma unidade de saúde em Americana. O investimento foi de R\$ 182 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xv) Projeto Bibliotecas Comunitárias** - visa democratizar o acesso à leitura de literatura e contribuir com o desenvolvimento social e cultural de comunidades carentes. O investimento foi de R\$ 107,9 mil para a aquisição de uma biblioteca. Em 2018, foi continuada a implementação de 02 bibliotecas em estado de São Paulo, nos municípios de Marília; Bebedouro, e 02 bibliotecas no Rio Grande do Sul (nos municípios de Ijorinha e Nova Hartz). O investimento foi de R\$ 846 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES. As ações de investimento social local foram executadas em 128 cidades e atingiram aproximadamente 230 mil pessoas. **(xvi) Escola de Eletricista** - Escola de Eletricista é realizada em parceria com o SENAI, em mais de 10 Centros de Treinamentos só no estado de São Paulo e mais 4 no Rio Grande do Sul, visando qualificar mão de obra na atividade de eletricista de Distribuição e mitigar o investimento em R\$ 1,9 milhões, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xvii) Projeto ToLife** - implantação de um sistema para classificação de risco clínico e organização do fluxo de pacientes em Unidades de Pronto Atendimento de hospitais públicos e/ou que atendam SUS. Em 2018, foram atendidas 6 unidades de saúde do município de Campinas, incluindo a unidade de atendimento da UNICAMP, 3 unidades de saúde em Sorocaba e uma unidade de saúde em Americana. O investimento foi de R\$ 182 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xviii) Projeto Bibliotecas Comunitárias** - visa democratizar o acesso à leitura de literatura e contribuir com o desenvolvimento social e cultural de comunidades carentes. O investimento foi de R\$ 107,9 mil para a aquisição de uma biblioteca. Em 2018, foi continuada a implementação de 02 bibliotecas em estado de São Paulo, nos municípios de Marília; Bebedouro, e 02 bibliotecas no Rio Grande do Sul (nos municípios de Ijorinha e Nova Hartz). O investimento foi de R\$ 846 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES. As ações de investimento social local foram executadas em 128 cidades e atingiram aproximadamente 230 mil pessoas. **(xix) Escola de Eletricista** - Escola de Eletricista é realizada em parceria com o SENAI, em mais de 10 Centros de Treinamentos só no estado de São Paulo e mais 4 no Rio Grande do Sul, visando qualificar mão de obra na atividade de eletricista de Distribuição e mitigar o investimento em R\$ 1,9 milhões, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xx) Projeto ToLife** - implantação de um sistema para classificação de risco clínico e organização do fluxo de pacientes em Unidades de Pronto Atendimento de hospitais públicos e/ou que atendam SUS. Em 2018, foram atendidas 6 unidades de saúde do município de Campinas, incluindo a unidade de atendimento da UNICAMP, 3 unidades de saúde em Sorocaba e uma unidade de saúde em Americana. O investimento foi de R\$ 182 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xxi) Projeto Bibliotecas Comunitárias** - visa democratizar o acesso à leitura de literatura e contribuir com o desenvolvimento social e cultural de comunidades carentes. O investimento foi de R\$ 107,9 mil para a aquisição de uma biblioteca. Em 2018, foi continuada a implementação de 02 bibliotecas em estado de São Paulo, nos municípios de Marília; Bebedouro, e 02 bibliotecas no Rio Grande do Sul (nos municípios de Ijorinha e Nova Hartz). O investimento foi de R\$ 846 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES. As ações de investimento social local foram executadas em 128 cidades e atingiram aproximadamente 230 mil pessoas. **(xxii) Escola de Eletricista** - Escola de Eletricista é realizada em parceria com o SENAI, em mais de 10 Centros de Treinamentos só no estado de São Paulo e mais 4 no Rio Grande do Sul, visando qualificar mão de obra na atividade de eletricista de Distribuição e mitigar o investimento em R\$ 1,9 milhões, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xxiii) Projeto ToLife** - implantação de um sistema para classificação de risco clínico e organização do fluxo de pacientes em Unidades de Pronto Atendimento de hospitais públicos e/ou que atendam SUS. Em 2018, foram atendidas 6 unidades de saúde do município de Campinas, incluindo a unidade de atendimento da UNICAMP, 3 unidades de saúde em Sorocaba e uma unidade de saúde em Americana. O investimento foi de R\$ 182 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xxiv) Projeto Bibliotecas Comunitárias** - visa democratizar o acesso à leitura de literatura e contribuir com o desenvolvimento social e cultural de comunidades carentes. O investimento foi de R\$ 107,9 mil para a aquisição de uma biblioteca. Em 2018, foi continuada a implementação de 02 bibliotecas em estado de São Paulo, nos municípios de Marília; Bebedouro, e 02 bibliotecas no Rio Grande do Sul (nos municípios de Ijorinha e Nova Hartz). O investimento foi de R\$ 846 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES. As ações de investimento social local foram executadas em 128 cidades e atingiram aproximadamente 230 mil pessoas. **(xxv) Escola de Eletricista** - Escola de Eletricista é realizada em parceria com o SENAI, em mais de 10 Centros de Treinamentos só no estado de São Paulo e mais 4 no Rio Grande do Sul, visando qualificar mão de obra na atividade de eletricista de Distribuição e mitigar o investimento em R\$ 1,9 milhões, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xxvi) Projeto ToLife** - implantação de um sistema para classificação de risco clínico e organização do fluxo de pacientes em Unidades de Pronto Atendimento de hospitais públicos e/ou que atendam SUS. Em 2018, foram atendidas 6 unidades de saúde do município de Campinas, incluindo a unidade de atendimento da UNICAMP, 3 unidades de saúde em Sorocaba e uma unidade de saúde em Americana. O investimento foi de R\$ 182 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xxvii) Projeto Bibliotecas Comunitárias** - visa democratizar o acesso à leitura de literatura e contribuir com o desenvolvimento social e cultural de comunidades carentes. O investimento foi de R\$ 107,9 mil para a aquisição de uma biblioteca. Em 2018, foi continuada a implementação de 02 bibliotecas em estado de São Paulo, nos municípios de Marília; Bebedouro, e 02 bibliotecas no Rio Grande do Sul (nos municípios de Ijorinha e Nova Hartz). O investimento foi de R\$ 846 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES. As ações de investimento social local foram executadas em 128 cidades e atingiram aproximadamente 230 mil pessoas. **(xxviii) Escola de Eletricista** - Escola de Eletricista é realizada em parceria com o SENAI, em mais de 10 Centros de Treinamentos só no estado de São Paulo e mais 4 no Rio Grande do Sul, visando qualificar mão de obra na atividade de eletricista de Distribuição e mitigar o investimento em R\$ 1,9 milhões, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xxix) Projeto ToLife** - implantação de um sistema para classificação de risco clínico e organização do fluxo de pacientes em Unidades de Pronto Atendimento de hospitais públicos e/ou que atendam SUS. Em 2018, foram atendidas 6 unidades de saúde do município de Campinas, incluindo a unidade de atendimento da UNICAMP, 3 unidades de saúde em Sorocaba e uma unidade de saúde em Americana. O investimento foi de R\$ 182 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xxx) Projeto Bibliotecas Comunitárias** - visa democratizar o acesso à leitura de literatura e contribuir com o desenvolvimento social e cultural de comunidades carentes. O investimento foi de R\$ 107,9 mil para a aquisição de uma biblioteca. Em 2018, foi continuada a implementação de 02 bibliotecas em estado de São Paulo, nos municípios de Marília; Bebedouro, e 02 bibliotecas no Rio Grande do Sul (nos municípios de Ijorinha e Nova Hartz). O investimento foi de R\$ 846 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES. As ações de investimento social local foram executadas em 128 cidades e atingiram aproximadamente 230 mil pessoas. **(xxxi) Escola de Eletricista** - Escola de Eletricista é realizada em parceria com o SENAI, em mais de 10 Centros de Treinamentos só no estado de São Paulo e mais 4 no Rio Grande do Sul, visando qualificar mão de obra na atividade de eletricista de Distribuição e mitigar o investimento em R\$ 1,9 milhões, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xxxii) Projeto ToLife** - implantação de um sistema para classificação de risco clínico e organização do fluxo de pacientes em Unidades de Pronto Atendimento de hospitais públicos e/ou que atendam SUS. Em 2018, foram atendidas 6 unidades de saúde do município de Campinas, incluindo a unidade de atendimento da UNICAMP, 3 unidades de saúde em Sorocaba e uma unidade de saúde em Americana. O investimento foi de R\$ 182 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xxxiii) Projeto Bibliotecas Comunitárias** - visa democratizar o acesso à leitura de literatura e contribuir com o desenvolvimento social e cultural de comunidades carentes. O investimento foi de R\$ 107,9 mil para a aquisição de uma biblioteca. Em 2018, foi continuada a implementação de 02 bibliotecas em estado de São Paulo, nos municípios de Marília; Bebedouro, e 02 bibliotecas no Rio Grande do Sul (nos municípios de Ijorinha e Nova Hartz). O investimento foi de R\$ 846 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES. As ações de investimento social local foram executadas em 128 cidades e atingiram aproximadamente 230 mil pessoas. **(xxxiv) Escola de Eletricista** - Escola de Eletricista é realizada em parceria com o SENAI, em mais de 10 Centros de Treinamentos só no estado de São Paulo e mais 4 no Rio Grande do Sul, visando qualificar mão de obra na atividade de eletricista de Distribuição e mitigar o investimento em R\$ 1,9 milhões, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xxxv) Projeto ToLife** - implantação de um sistema para classificação de risco clínico e organização do fluxo de pacientes em Unidades de Pronto Atendimento de hospitais públicos e/ou que atendam SUS. Em 2018, foram atendidas 6 unidades de saúde do município de Campinas, incluindo a unidade de atendimento da UNICAMP, 3 unidades de saúde em Sorocaba e uma unidade de saúde em Americana. O investimento foi de R\$ 182 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xxxvi) Projeto Bibliotecas Comunitárias** - visa democratizar o acesso à leitura de literatura e contribuir com o desenvolvimento social e cultural de comunidades carentes. O investimento foi de R\$ 107,9 mil para a aquisição de uma biblioteca. Em 2018, foi continuada a implementação de 02 bibliotecas em estado de São Paulo, nos municípios de Marília; Bebedouro, e 02 bibliotecas no Rio Grande do Sul (nos municípios de Ijorinha e Nova Hartz). O investimento foi de R\$ 846 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES. As ações de investimento social local foram executadas em 128 cidades e atingiram aproximadamente 230 mil pessoas. **(xxxvii) Escola de Eletricista** - Escola de Eletricista é realizada em parceria com o SENAI, em mais de 10 Centros de Treinamentos só no estado de São Paulo e mais 4 no Rio Grande do Sul, visando qualificar mão de obra na atividade de eletricista de Distribuição e mitigar o investimento em R\$ 1,9 milhões, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xxxviii) Projeto ToLife** - implantação de um sistema para classificação de risco clínico e organização do fluxo de pacientes em Unidades de Pronto Atendimento de hospitais públicos e/ou que atendam SUS. Em 2018, foram atendidas 6 unidades de saúde do município de Campinas, incluindo a unidade de atendimento da UNICAMP, 3 unidades de saúde em Sorocaba e uma unidade de saúde em Americana. O investimento foi de R\$ 182 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xxxix) Projeto Bibliotecas Comunitárias** - visa democratizar o acesso à leitura de literatura e contribuir com o desenvolvimento social e cultural de comunidades carentes. O investimento foi de R\$ 107,9 mil para a aquisição de uma biblioteca. Em 2018, foi continuada a implementação de 02 bibliotecas em estado de São Paulo, nos municípios de Marília; Bebedouro, e 02 bibliotecas no Rio Grande do Sul (nos municípios de Ijorinha e Nova Hartz). O investimento foi de R\$ 846 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES. As ações de investimento social local foram executadas em 128 cidades e atingiram aproximadamente 230 mil pessoas. **(xl) Escola de Eletricista** - Escola de Eletricista é realizada em parceria com o SENAI, em mais de 10 Centros de Treinamentos só no estado de São Paulo e mais 4 no Rio Grande do Sul, visando qualificar mão de obra na atividade de eletricista de Distribuição e mitigar o investimento em R\$ 1,9 milhões, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xli) Projeto ToLife** - implantação de um sistema para classificação de risco clínico e organização do fluxo de pacientes em Unidades de Pronto Atendimento de hospitais públicos e/ou que atendam SUS. Em 2018, foram atendidas 6 unidades de saúde do município de Campinas, incluindo a unidade de atendimento da UNICAMP, 3 unidades de saúde em Sorocaba e uma unidade de saúde em Americana. O investimento foi de R\$ 182 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xlii) Projeto Bibliotecas Comunitárias** - visa democratizar o acesso à leitura de literatura e contribuir com o desenvolvimento social e cultural de comunidades carentes. O investimento foi de R\$ 107,9 mil para a aquisição de uma biblioteca. Em 2018, foi continuada a implementação de 02 bibliotecas em estado de São Paulo, nos municípios de Marília; Bebedouro, e 02 bibliotecas no Rio Grande do Sul (nos municípios de Ijorinha e Nova Hartz). O investimento foi de R\$ 846 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES. As ações de investimento social local foram executadas em 128 cidades e atingiram aproximadamente 230 mil pessoas. **(xliiii) Escola de Eletricista** - Escola de Eletricista é realizada em parceria com o SENAI, em mais de 10 Centros de Treinamentos só no estado de São Paulo e mais 4 no Rio Grande do Sul, visando qualificar mão de obra na atividade de eletricista de Distribuição e mitigar o investimento em R\$ 1,9 milhões, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xliiii) Projeto ToLife** - implantação de um sistema para classificação de risco clínico e organização do fluxo de pacientes em Unidades de Pronto Atendimento de hospitais públicos e/ou que atendam SUS. Em 2018, foram atendidas 6 unidades de saúde do município de Campinas, incluindo a unidade de atendimento da UNICAMP, 3 unidades de saúde em Sorocaba e uma unidade de saúde em Americana. O investimento foi de R\$ 182 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xliiii) Projeto Bibliotecas Comunitárias** - visa democratizar o acesso à leitura de literatura e contribuir com o desenvolvimento social e cultural de comunidades carentes. O investimento foi de R\$ 107,9 mil para a aquisição de uma biblioteca. Em 2018, foi continuada a implementação de 02 bibliotecas em estado de São Paulo, nos municípios de Marília; Bebedouro, e 02 bibliotecas no Rio Grande do Sul (nos municípios de Ijorinha e Nova Hartz). O investimento foi de R\$ 846 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES. As ações de investimento social local foram executadas em 128 cidades e atingiram aproximadamente 230 mil pessoas. **(xliiii) Escola de Eletricista** - Escola de Eletricista é realizada em parceria com o SENAI, em mais de 10 Centros de Treinamentos só no estado de São Paulo e mais 4 no Rio Grande do Sul, visando qualificar mão de obra na atividade de eletricista de Distribuição e mitigar o investimento em R\$ 1,9 milhões, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xliiii) Projeto ToLife** - implantação de um sistema para classificação de risco clínico e organização do fluxo de pacientes em Unidades de Pronto Atendimento de hospitais públicos e/ou que atendam SUS. Em 2018, foram atendidas 6 unidades de saúde do município de Campinas, incluindo a unidade de atendimento da UNICAMP, 3 unidades de saúde em Sorocaba e uma unidade de saúde em Americana. O investimento foi de R\$ 182 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xliiii) Projeto Bibliotecas Comunitárias** - visa democratizar o acesso à leitura de literatura e contribuir com o desenvolvimento social e cultural de comunidades carentes. O investimento foi de R\$ 107,9 mil para a aquisição de uma biblioteca. Em 2018, foi continuada a implementação de 02 bibliotecas em estado de São Paulo, nos municípios de Marília; Bebedouro, e 02 bibliotecas no Rio Grande do Sul (nos municípios de Ijorinha e Nova Hartz). O investimento foi de R\$ 846 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES. As ações de investimento social local foram executadas em 128 cidades e atingiram aproximadamente 230 mil pessoas. **(xliiii) Escola de Eletricista** - Escola de Eletricista é realizada em parceria com o SENAI, em mais de 10 Centros de Treinamentos só no estado de São Paulo e mais 4 no Rio Grande do Sul, visando qualificar mão de obra na atividade de eletricista de Distribuição e mitigar o investimento em R\$ 1,9 milhões, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xliiii) Projeto ToLife** - implantação de um sistema para classificação de risco clínico e organização do fluxo de pacientes em Unidades de Pronto Atendimento de hospitais públicos e/ou que atendam SUS. Em 2018, foram atendidas 6 unidades de saúde do município de Campinas, incluindo a unidade de atendimento da UNICAMP, 3 unidades de saúde em Sorocaba e uma unidade de saúde em Americana. O investimento foi de R\$ 182 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xliiii) Projeto Bibliotecas Comunitárias** - visa democratizar o acesso à leitura de literatura e contribuir com o desenvolvimento social e cultural de comunidades carentes. O investimento foi de R\$ 107,9 mil para a aquisição de uma biblioteca. Em 2018, foi continuada a implementação de 02 bibliotecas em estado de São Paulo, nos municípios de Marília; Bebedouro, e 02 bibliotecas no Rio Grande do Sul (nos municípios de Ijorinha e Nova Hartz). O investimento foi de R\$ 846 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES. As ações de investimento social local foram executadas em 128 cidades e atingiram aproximadamente 230 mil pessoas. **(xliiii) Escola de Eletricista** - Escola de Eletricista é realizada em parceria com o SENAI, em mais de 10 Centros de Treinamentos só no estado de São Paulo e mais 4 no Rio Grande do Sul, visando qualificar mão de obra na atividade de eletricista de Distribuição e mitigar o investimento em R\$ 1,9 milhões, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xliiii) Projeto ToLife** - implantação de um sistema para classificação de risco clínico e organização do fluxo de pacientes em Unidades de Pronto Atendimento de hospitais públicos e/ou que atendam SUS. Em 2018, foram atendidas 6 unidades de saúde do município de Campinas, incluindo a unidade de atendimento da UNICAMP, 3 unidades de saúde em Sorocaba e uma unidade de saúde em Americana. O investimento foi de R\$ 182 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xliiii) Projeto Bibliotecas Comunitárias** - visa democratizar o acesso à leitura de literatura e contribuir com o desenvolvimento social e cultural de comunidades carentes. O investimento foi de R\$ 107,9 mil para a aquisição de uma biblioteca. Em 2018, foi continuada a implementação de 02 bibliotecas em estado de São Paulo, nos municípios de Marília; Bebedouro, e 02 bibliotecas no Rio Grande do Sul (nos municípios de Ijorinha e Nova Hartz). O investimento foi de R\$ 846 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES. As ações de investimento social local foram executadas em 128 cidades e atingiram aproximadamente 230 mil pessoas. **(xliiii) Escola de Eletricista** - Escola de Eletricista é realizada em parceria com o SENAI, em mais de 10 Centros de Treinamentos só no estado de São Paulo e mais 4 no Rio Grande do Sul, visando qualificar mão de obra na atividade de eletricista de Distribuição e mitigar o investimento em R\$ 1,9 milhões, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xliiii) Projeto ToLife** - implantação de um sistema para classificação de risco clínico e organização do fluxo de pacientes em Unidades de Pronto Atendimento de hospitais públicos e/ou que atendam SUS. Em 2018, foram atendidas 6 unidades de saúde do município de Campinas, incluindo a unidade de atendimento da UNICAMP, 3 unidades de saúde em Sorocaba e uma unidade de saúde em Americana. O investimento foi de R\$ 182 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xliiii) Projeto Bibliotecas Comunitárias** - visa democratizar o acesso à leitura de literatura e contribuir com o desenvolvimento social e cultural de comunidades carentes. O investimento foi de R\$ 107,9 mil para a aquisição de uma biblioteca. Em 2018, foi continuada a implementação de 02 bibliotecas em estado de São Paulo, nos municípios de Marília; Bebedouro, e 02 bibliotecas no Rio Grande do Sul (nos municípios de Ijorinha e Nova Hartz). O investimento foi de R\$ 846 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES. As ações de investimento social local foram executadas em 128 cidades e atingiram aproximadamente 230 mil pessoas. **(xliiii) Escola de Eletricista** - Escola de Eletricista é realizada em parceria com o SENAI, em mais de 10 Centros de Treinamentos só no estado de São Paulo e mais 4 no Rio Grande do Sul, visando qualificar mão de obra na atividade de eletricista de Distribuição e mitigar o investimento em R\$ 1,9 milhões, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xliiii) Projeto ToLife** - implantação de um sistema para classificação de risco clínico e organização do fluxo de pacientes em Unidades de Pronto Atendimento de hospitais públicos e/ou que atendam SUS. Em 2018, foram atendidas 6 unidades de saúde do município de Campinas, incluindo a unidade de atendimento da UNICAMP, 3 unidades de saúde em Sorocaba e uma unidade de saúde em Americana. O investimento foi de R\$ 182 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(xliiii) Projeto Bibliotecas Comunitárias** - visa democratizar o acesso à leitura de literatura e contribuir com o desenvolvimento social e cultural de comunidades carentes. O investimento foi de R\$ 107,9 mil para a aquisição de uma biblioteca. Em 2018, foi continuada a implementação de 02 bibliotecas em estado de São Paulo, nos municípios de Marília; Bebedouro, e 02 bibliotecas no Rio Grande do Sul (nos municípios de Ijorinha e Nova Hartz). O investimento foi de R\$ 846 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES. As ações de investimento social local foram executadas em 128 cidades e atingiram aproximadamente 230 mil pessoas. **(xliiii) Escola de Eletricista** - Escola de Eletricista é realizada em parceria com o SENAI, em mais de 10 Centros de Treinamentos só no estado de São Paulo e mais 4 no Rio Grande do Sul, visando qualificar mão de obra na atividade de ele

**Relatório da Administração**

e atividades esportivas, abrangendo cerca de 1,5 mil crianças e adolescentes em quatro municípios. Em infraestrutura, a Foz do Chapeço Energia destinou recursos para reformas em centros de convivência de idosos, iluminação de quadras esportivas, piscinas públicas para hidrogeniástica e, também, para a fase de acabamento do Museu dos Balseiros, projeto apoiado integralmente pela empresa desde o início. (iv) foi criado o programa Vizinho Amigo, com o intuito de incentivar os lindeiros da usina a conservar a Área de Preservação Permanente (APP) do reservatório. Além de recompensar com prêmios em dinheiro os vizinhos do reservatório, a empresa deu visibilidade às ações, com o intuito de torná-las exemplos de boas práticas ambientais; (v) a Biofábrica, laboratório de produção de plantas de alta qualidade genética, distribuiu 14 mil mudas de frutas para agricultores de Alpestre, Coxambu do Sul e Pio dos Índios. Além das plantas, os produtores receberam orientações sobre plantio, adubação, manejo nas diversas fases do cultivo e controle biológico de pragas, já que todo o processo é orgânico, além da realização de cursos de capacitação para os produtores. (vi) a empresa realizou o projeto **Pesquisa & Desenvolvimento**: Em 2018, a Foz do Chapeço Energia investiu R\$ 9,8 milhões em seu Programa de Pesquisa e Desenvolvimento, dos quais R\$ 3,3 milhões foram destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e R\$ 1,7 milhão alocado no Ministério de Minas e Energia. Outros R\$ 4,8 milhões foram investidos diretamente em projetos junto a Universidades, Centros de Pesquisa e empresas de tecnologia. **Código e Canal de Ética**: implantação e divulgação do Código de Ética na empresa e do canal íntegro, ampliando a transparência nos processos internos e com fornecedores da empresa. A **Ceran**, ao longo de 2018 consolidou sua Política de Sustentabilidade e Investimentos Social Externo, dentro desta Política fomentou 61 projetos sociais, selecionando 33 os quais receberam investimento de R\$ 6,3 milhões dos quais R\$ 1,9 milhões oriundos do incentivo dos empreendimentos da CERAN através de recursos próprios e também de leis de incentivo fiscal, e o restante captado através de parceiros e contrapartidas de proponentes. Realizou o lançamento do canal de denúncias, vinculado ao seu Programa de Ética e Integridade na Conduta Empresarial dentro dos preceitos da Lei Federal 12.846/2013, lançado em 2017 [www.canalintegro.com.br/energiacta](http://www.canalintegro.com.br/energiacta). A Companhia mantém um Sistema de Gestão Integrado certificado na sede da empresa e em suas Usinas (Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho), de acordo com as normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001 sendo no final de 2018 a auditoria de terceira parte indicada para a recertificação. Na área de Pesquisa e Desenvolvimento a CERAN realizou investimentos na ordem de R\$ 1,8 milhões em 13 projetos, sendo 3 estratégicos, 6 cooperados, 3 projetos próprios e 1 projeto de gestão. Na área de segurança do trabalho considerando as 03 usinas do complexo foram contabilizados 6.681 dias sem acidentes com afastamento. Na área de Educação Ambiental 2018 marcou um processo de consolidação de parcerias com a região para fortalecer iniciativas locais voltadas à preservação ambiental. Exemplo foi a criação de um grupo de instituições regionais como Ministério Público Estadual, Prefeitura, Política Ambiental, ONGs e empreendimento para congregar esforços no sentido de ampliar a conscientização dos usuários dos reservatórios para a conservação de áreas de APP. **UHE Campos Novos (Energia)** - (i) Em 2018, lançou o canal de denúncias [www.canalintegro.com.br/energiacta](http://www.canalintegro.com.br/energiacta) em sequência do seu Programa de Ética e Integridade na Conduta Empresarial baseada nos princípios da Lei Federal 12.846/2013 lançado em 2017; (ii) as ações apoiadas para o desenvolvimento da região nas áreas cultural, socioambiental e econômica, contaram com a captação de 110 projetos, dos quais foram selecionados 47, os quais receberam R\$ 19,8 milhões de aporte financeiro, sendo R\$ 4,2 milhões oriundos da ENERCAN através de Leis de Incentivo Fiscal e recursos próprios, e o restante captado em parcerias e contrapartidas de proponentes; (iii) desenvolveu pelo ano consecutivo o Programa de Conservação da Área de Preservação Permanente (APP) com os moradores lindeiros ao reservatório da UHE Campos Novos, premiando as oito melhores iniciativas. Atualmente o programa conta com aproximadamente 46% dos vizinhos ao lago participando do programa; (iv) publicou em 2019 o seu Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa 2018 através da plataforma do GHG Protocol da FGV, obtendo o selo prata; (v) contabilizou a sultura de 39.000 alevinos de peixes de espécies nativas no reservatório da UHE Campos Novos, o programa que conta com um banco genético "in vivo" das espécies migradoras da bacia do rio Uruguai, a partir dos quais são desenvolvidos os alevinos para sultura; (vi) dentro do programa de P&D Aneel realizou investimentos de R\$ 3,6 milhões em 14 projetos; (vii) na área de segurança do trabalho um destaque especial no dia

28/12/18 a ENERCAN comemorou 11 anos sem ocorrência de acidentes no trabalho, contabilizando 4.018 dias sem qualquer registro. Ainda na área de segurança o programa de identificação de acidentes potenciais contabilizou desde sua implantação em maio/16 o registro de 271 incidentes potenciais identificados e resolvidos estimando-se com esses números que 27 acidentes com lesões menores e 2 acidentes graves foram evitados. (viii) Em relação ao seu Sistema de Gestão Integrado, em 2018 a ENERCAN recebeu o certificado ISO 9.001, integrando-se assim ao sistema já certificado com a ISO 14.001 e OHSAS 18.001 que já possuía. **UHE Barra Grande (BAESA)** - (i) Em 2018, o Programa de Responsabilidade Socioambiental captou 37 projetos, selecionando para apoio 11 projetos e 06 ações sociais que receberam aporte financeiro de R\$ 853 mil, sendo que 82,4% foram captados de parcerias e contrapartidas e estão voltados à geração de renda, meio ambiente, cultura, esporte, segurança pública e desenvolvimento social. Em 2018 a empresa não dispôs de recursos de Leis de Incentivo Fiscal, realizando os investimentos em projetos com recursos próprios; (ii) foi realizada a 7ª edição do Programa de Incentivo à Conservação da Área de Preservação Permanente do reservatório, que reconhece através de premiação os 16 (dezesseis) moradores da região que desenvolveram as melhores práticas de conservação e preservação ambiental, um aumento de 6 famílias premiadas nesta edição; (iii) transparência e a coerência na declaração das emissões de gases do efeito estufa (GEE) 2018, renderam à BAESA a conquista do Selo Prata do GHG Protocol (iv) realizou a oficina de indicadores para reavaliar a matriz de materialidade do seu Relatório de Sustentabilidade padrão GRI G4 que será publicado na versão essencial; (v) na área ambiental, o ano de 2018 marcou o início de um novo ciclo de 03 anos do Programa Experimental de sultura de alevinos de espécies nativas no reservatório da UHE Barra Grande, contabilizando cumulativamente em 04 anos de programa um total de 177.300 alevinos vivos no lago. O programa conta com um banco genético "in vivo" das espécies migradoras da bacia do rio Uruguai dos quais os alevinos são originários. (vi) na área de segurança do trabalho o empreendimento contabilizou um acumulado de 3.884 dias sem acidentes com afastamento, mais de 10 anos da ocorrência do último acidente registrado. Ainda na área da segurança do trabalho merece destaque o programa de identificação de acidentes potenciais implementados em maio/12 registrando até o momento 841 incidentes potenciais que resolvidos denotam que 64 incidentes com lesões menores e 6 com lesões maiores foram evitados; (vii) dentro do seu sistema de gestão ambiental o empreendimento em 2018 recebeu a certificação ISO 9.001 integrando assim o Sistema às certificações ISO 14.001 e OHSAS 18.001 na qual a mesma já estava certificada; (viii) no relacionamento institucional entre o empreendimento e as comunidades do entorno, destaque para a atuação dos 02 Conselhos Comunitários Consultivos - CCC, criados pelo empreendimento sendo um formado por representantes da comunidade dos municípios do RS e outro pelos municípios de SC, fazem parte dos CCCs qual o primeiro é físico, jurídico, agente público civil ou militar, que tenha interesse no empreendimento os quais participam ativamente das discussões e planejamento de ações ambientais, projetos sociais, comunicação social, entre outras desenvolvidas pelo empreendimento, em reuniões realizadas a cada bimestre. **Distribuição de energia** - (i) suas Estações Avançadas são periodicamente avaliadas quanto aos riscos ambientais e requisitos legais, com estabelecimento de um ranking e de um plano de ação para melhorias; (ii) para situações de emergências ambientais, as distribuidoras possuem contrato com empresa especializada, além de um seguro ambiental. Para ocorrências de menor extensão, as Estações Avançadas e os veículos com equipamentos hidráulicos contam com kits de emergência para atendimento imediato; (iii) a CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Santa Cruz, em parceria com 29 prefeituras dos municípios de suas áreas de concessão, ampliaram o Projeto Arborização + Segura, iniciativa de revitalização da arborização urbana, por meio da substituição de árvores que ofereçam risco à população e a rede elétrica por espécies que demandem menos podas e convivam melhor com a rede.

**9. AUDITORES INDEPENDENTES**

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) foi contratada pela CPFL Energia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG prestou, em 2018, serviços não

relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram superiores a 5% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária, regulatória e Sox). Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a KPMG prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox, os seguintes serviços:

Natureza	Contratação	Duração
Asseguração de covenants financeiros	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Procedimentos previamente acordados - Projetos de P&D	18/08/2016	24 meses
Laudos contábeis para reestruturações societárias	01/09/2017	Inferior a 1 ano
Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil - Fiscal (ECF)	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Outros serviços de compliance tributário	01/09/2017	24 meses
Procedimentos previamente acordados - Retificações tributárias de anos anteriores	03/05/2018 e 05/07/2018	12 meses
Revisão da ECD Contábil do ano calendário 2017	18/05/2018	24 meses
Treinoamento IFRS	14/09/2018	Inferior a 1 ano
Assessoria tributária relacionadas as obrigações SISCOSEFV e EFD Contribuições PIs/Cofins	04/10/2018	24 meses
Due Diligence	02/03/2018	12 meses

Contratamos um total de R\$ 1.981 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 40% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox referentes ao exercício social de 2018 da Companhia e suas controladas. A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes. Conforme previsto pela Instrução CVM 381/03, a KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

**10. AGRADECIMENTOS**

A Administração da CPFL Energia agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2018. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

**A Administração**  
Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri)

**Demonstrações dos Resultados**

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa		Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>25</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>28.136.627</b>	<b>26.744.905</b>
<b>Custo do serviço</b>						
Custo com energia elétrica	26	-	-	-	(17.838.165)	(16.901.518)
Custo de operação	27	-	-	-	(2.733.754)	(2.771.145)
Custo do serviço prestado a terceiros	27	-	-	-	(1.775.339)	(2.074.611)
<b>Lucro operacional bruto</b>			<b>1</b>	<b>1</b>	<b>5.789.369</b>	<b>4.997.632</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>27</b>					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			-	-	(169.259)	(155.097)
Outras despesas com vendas			-	-	(438.925)	(435.135)
Despesas gerais e administrativas			(43.930)	(42.771)	(987.291)	(947.072)
Outras despesas operacionais			9	-	(485.247)	(438.494)
<b>Resultado do serviço</b>			<b>(43.920)</b>	<b>(42.770)</b>	<b>3.708.467</b>	<b>3.021.834</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>	<b>12</b>		2.250.835	1.349.766	334.198	312.390
<b>Resultado financeiro</b>	<b>28</b>					
Receitas financeiras			(22.160)	12.983	762.413	880.314
Despesas financeiras			(5.140)	(69.454)	(1.865.100)	(2.367.868)
			(27.300)	(56.471)	(1.102.687)	(1.487.554)
<b>Lucro antes dos tributos</b>			<b>2.179.615</b>	<b>1.250.525</b>	<b>2.939.977</b>	<b>1.846.670</b>
Contribuição social	9		(30.814)	(16.950)	(213.673)	(168.728)
Imposto de renda	9		(90.760)	(53.825)	(560.310)	(434.901)
			(121.575)	(70.775)	(773.982)	(603.629)
<b>Lucro líquido do exercício</b>			<b>2.058.040</b>	<b>1.179.750</b>	<b>2.165.995</b>	<b>1.243.042</b>
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores					2.058.040	1.179.750
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores					107.955	63.292
Lucro por ação básico atribuído aos acionistas controladores - R\$	24		2,02	1,16		
Lucro por ação diluído atribuído aos acionistas controladores - R\$	24		2,01	1,15		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes**

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Lucro líquido do exercício</b>			<b>2.058.040</b>	<b>1.179.750</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>				
Resultado abrangente do exercício reflexo sobre os investimentos da Companhia			(238.780)	96.000
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
<b>Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>				
Resultado abrangente do exercício reflexo sobre os investimentos da Companhia			17.963	-
<b>Resultado abrangente do exercício - individual</b>			<b>1.837.223</b>	<b>1.275.750</b>
			<b>Consolidado</b>	<b>Consolidado</b>
			<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>			<b>2.165.995</b>	<b>1.243.042</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>				
- Ganhos (Perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários			(238.780)	96.000
<b>Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>				
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros			17.963	-
<b>Resultado abrangente consolidado do exercício</b>			<b>1.945.178</b>	<b>1.339.042</b>
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores			1.837.223	1.275.750
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores			107.955	63.292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações do Valor Adicionado**

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>1 - Receita</b>	<b>329</b>	<b>237</b>	<b>42.759.621</b>	<b>40.687.927</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1	1	40.854.038	37.980.073
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	328	236	302.620	789.529
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	1.772.222	2.073.423
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(169.259)	(155.097)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(12.858)</b>	<b>(10.322)</b>	<b>(23.378.560)</b>	<b>(23.119.553)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	-	-	(19.757.090)	(18.772.477)
2.2 Material	(625)	(150)	(1.349.291)	(1.895.728)
2.3 Serviços de terceiros	(10.502)	(8.275)	(1.529.696)	(1.716.068)
2.4 Outros	(1.731)	(1.897)	(742.483)	(735.280)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>(12.528)</b>	<b>(10.085)</b>	<b>19.381.061</b>	<b>17.568.374</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(201)</b>	<b>(217)</b>	<b>(1.602.182)</b>	<b>(1.534.035)</b>
4.1 Depreciação e amortização	(201)	(217)	(1.315.323)	(1.247.819)
4.2 Amortização do intangível de concessão	-	-	(286.859)	(286.215)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>(12.730)</b>	<b>(10.302)</b>	<b>17.778.879</b>	<b>16.034.340</b>
<b>em transferência</b>	<b>2.268.815</b>	<b>1.391.611</b>	<b>1.183.083</b>	<b>1.279.507</b>
6.1 Receitas financeiras	17.980	41.845	848.885	966.666
6.2 Equivalência patrimonial	2.250.835	1.349.766	334.198	312.390
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>2.256.086</b>	<b>1.381.309</b>	<b>18.961.962</b>	<b>17.313.396</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>27.035</b>	<b>27.247</b>	<b>1.390.996</b>	<b>1.397.544</b>
8.1.1 Remuneração direta	10.679	15.690	795.377	813.004
8.1.2 Benefícios	14.885	10.184	530.120	516.208
8.1.3 F.G.T.S.	1.471	1.374	65.499	68.242
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>165.840</b>	<b>104.770</b>	<b>13.452.580</b>	<b>12.181.755</b>
8.2.1 Federais	165.799	104.738	7.231.289	6.696.508
8.2.2 Estaduais	41	32	6.195.062	5.460.674
8.2.3 Municipais	-	-	26.230	24.572
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>5.170</b>	<b>69.541</b>	<b>1.952.391</b>	<b>2.491.145</b>
8.3.1 Juros	5.136	69.311	1.879.399	2.418.119
8.3.2 Aluguéis	35	230	72.992	73.026
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>2.058.040</b>	<b>1.179.750</b>	<b>2.165.995</b>	<b>1.243.042</b>
8.4.1 Dividendo (incluindo adicional proposto)	546.274	250.550	581.028	272.294
8.4.2 Lucros retidos	1.511.766	929.201	1.584.967	970.748
	<b>2.256.086</b>	<b>1.381.309</b>	<b>18.961.962</b>	<b>17.313.396</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Balancos Patrimoniais**

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa		Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>ATIVO</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5	79.364	6.581	1.891.457	3.249.642	
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	-	-	4.547.951	4.301.283	
Dividendo e juros sobre o capital próprio	12	701.731	204.807	100.182	56.145	
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	9.441	17.051	123.739	88.802	
Outros tributos a compensar	7	8.646	46.699	287.517	306.244	
Derivativos	33	-	-	309.844	444.029	
Ativo financeiro setorial	8	-	-	1.330.981	210.834	
Ativo financeiro da concessão	10	-	-	-	23.736	
Outros créditos	11	417	243	811.005	900.498	
<b>Total do circulante</b>		<b>799.599</b>	<b>275.383</b>	<b>9.402.316</b>	<b>9.581.211</b>	
<b>Não circulante</b>						
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	-	-	752.795	236.539	
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	30	72.933	127.147	-	8.612	
Depósitos judiciais	21	703	665	854.374	839.990	
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	-	-	67.966	61.464	
Outros trib						



**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de concessão das controladas de distribuição. A designação destes instrumentos como disponíveis para venda ocorreu em função da não classificação nas outras três categorias descritas no IAS 39/CPC 38 (empréstimos e recebíveis, valor justo contra o resultado e mantidos até o vencimento). Estes ativos passaram a ser classificados como mensurados ao valor justo contra resultado de acordo com a nova norma (IFRS 9/CPC 48) e os efeitos da mensuração subsequente deste ativo são registrados no resultado do exercício. No exercício de 2018 o valor registrado referente a estes ativos era de R\$ 7.430.149 (R\$ 6.569.404 em 2017) e não houve impactos na mensuração dos saldos decorrentes da mudança de classificação proveniente da adoção do IFRS 9/CPC 48. Os ativos financeiros setoriais registrados nas controladas de distribuição do Grupo relativos ao mecanismo de refinência de tarifa, quanto à diferença temporal entre os custos operacionais e aqueles que são efetivamente cobrados, foram registrados anteriormente como "empréstimos e recebíveis" de acordo com os requerimentos do IAS 39/CPC 38. Após a aplicação do IFRS 9/CPC 48, estes ativos financeiros passam a ser classificados como custo amortizado. No exercício de 2018 o valor registrado referente a estes ativos era de R\$ 1.554.861 (R\$ 565.837 em 2017) e não houve impactos nos saldos decorrentes da mudança de classificação. Desta forma, não houve nenhum impacto relevante de mensuração nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em função da adoção inicial relacionada à classificação de ativos financeiros. Adicionalmente, como o Grupo não aplica a contabilização de hedge, a Administração concluiu que não houve impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras consolidadas em função das alterações da norma sobre este tópico. Com relação às mudanças ao cálculo de *impairment* de instrumentos financeiros, os efeitos acumulados da adoção inicial foram reconhecidos de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2018, totalizando uma redução da rubrica de "consumidores, concessionárias e permissionárias" de R\$73.426 (R\$48.461 liquidado dos efeitos tributários). Com as mudanças do risco de crédito, os passivos financeiros que estavam designados a valor justo contra o resultado até o exercício de 2017, geraram impactos nos registros referentes às mudanças no risco de crédito em outros resultados abrangentes, em vez de diretamente no resultado do exercício. Os efeitos acumulados da adoção inicial foram reconhecidos de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2018, totalizando uma perda de R\$ 51.736 (R\$ 34.146 líquido dos efeitos tributários) em lucros acumulados, cuja contrapartida foi a conta de outros resultados abrangentes. **b) IFRS 15/CPC 47 - Receita de contratos com clientes:** O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e substituiu o antigo guia de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - "Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas. Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. De acordo com os requerimentos do pronunciamento a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelece que um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes. A partir de 1º de janeiro de 2018, a Administração do Grupo avaliou os efeitos em suas demonstrações financeiras consolidadas contemplando o novo modelo das cinco etapas mencionadas acima e a compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos considerados como contraprestação variável de acordo com o passo (iii) acima passo a ser registrada como receita operacional, na rubrica Outras Receitas, sendo que até 31 de dezembro de 2017 era registrada em Outras Despesas Operacionais. O montante registrado no exercício de 2018 foi de R\$ 57.630 (nota 25). As controladas de distribuição do Grupo possuem ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção, anteriormente registrados na rubrica de intangível. Estes ativos passaram a ser registrados na rubrica de ativo contratual em curso de acordo com os requerimentos do IFRS 15/CPC 47. Esta mudança não apresentou impactos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo (vide nota 3.5 - intangíveis e ativos contratuais em curso). Adicionalmente, as controladas de transmissão possuíam ativos anteriormente classificados como financeiros, "empréstimos e recebíveis", de acordo com os requerimentos do IAS 39/CPC 38, compostos por dois componentes: o direito de recebimento de "Receita Anual Permitida - RAP" a ser recebida ao longo da concessão e a indenização ao término da concessão. Estes dois componentes passaram a ser classificados como ativo contratual, de acordo com os requerimentos do IFRS 15/CPC 47. Esta mudança não apresentou impactos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo (vide nota 3.2 - transmissão).

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>(261.525)</b>	<b>(27.992)</b>	<b>(289.517)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(263.668)	(1.439)	(265.107)
Recuperação de receita	110.008	-	110.008
Baixa de contas a receber provisionadas	148.309	52	148.361
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>(266.876)</b>	<b>(29.379)</b>	<b>(296.255)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(277.802)	1.419	(276.383)
Recuperação de receita	107.122	-	107.122
Efeito da aplicação inicial do IFRS 9/CPC 48	(72.687)	(738)	(73.426)
Baixa de contas a receber provisionadas	209.641	-	209.641
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>(300.601)</b>	<b>(28.698)</b>	<b>(329.299)</b>
Circulante	(300.601)	(28.698)	(329.299)

**7. TRIBUTOS A COMPENSAR**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	227
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	49	1.725
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.392	15.099
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>9.441</b>	<b>17.051</b>
Imposto de renda retido na fonte	-	-
sobre juros sobre o capital próprio	7.909	43.467
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	346	2.893
<b>Total</b>	<b>17.395</b>	<b>74.395</b>
<b>Total consolidado</b>	<b>17.395</b>	<b>88.802</b>

**8. ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL**

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2017		Receita operacional (nota 25)		Resultado financeiro (nota 28)		Recebimento		Saldo em 31/12/2018	
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Via bandeira tarifária (nota 25.4)	Diferido	Homologado	Total
<b>Parcela "A"</b>	<b>924.943</b>	<b>(235.916)</b>	<b>689.026</b>	<b>1.416.031</b>	<b>656</b>	<b>90.658</b>	-	<b>1.306.751</b>	<b>592.281</b>	<b>1.899.031</b>
CVA (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE (**)	(235.901)	(263.250)	(499.422)	352.202	358.731	(10.630)	-	208.156	(7.275)	200.881
Custos de energia elétrica	1.625.759	(18.280)	1.607.479	416.476	(598.527)	93.538	(297.340)	586.027	634.599	1.220.626
ESS e EER (***)	(974.091)	(167.048)	(1.141.139)	(686.829)	878.350	(63.412)	-	(562.800)	(450.230)	(1.013.030)
Proinfa	(610)	(17.961)	(18.572)	8.456	13.411	80	-	246	3.129	3.375
Rede básica	(20.163)	23.387	3.224	69.335	(16.318)	3.540	-	36.256	23.526	59.782
Repasse de Itaipu	959.518	125.860	1.085.378	1.222.806	(781.341)	79.596	-	1.141.254	465.184	1.606.438
Transporte de Itaipu	7.802	7.806	15.608	38.876	(11.909)	1.648	-	31.784	12.439	44.222
Neutralidade dos encargos setoriais	32.566	112.084	144.651	(81.435)	(110.305)	(2.044)	-	(40.763)	(8.370)	(49.133)
Sobrecontratação	(469.937)	(38.244)	(508.181)	76.143	269.565	(11.657)	-	(93.408)	(80.721)	(174.130)
<b>Outros componentes financeiros</b>	<b>(193.498)</b>	<b>21.812</b>	<b>(171.686)</b>	<b>(327.888)</b>	<b>119.112</b>	<b>(10.419)</b>	-	<b>(275.550)</b>	<b>(115.325)</b>	<b>(390.875)</b>
<b>Total</b>	<b>731.447</b>	<b>(214.104)</b>	<b>517.341</b>	<b>1.086.148</b>	<b>119.766</b>	<b>80.240</b>	<b>(297.340)</b>	<b>1.031.201</b>	<b>476.956</b>	<b>1.508.156</b>
<b>Ativo circulante</b>	-	-	210.834	-	-	-	-	-	-	1.330.981
<b>Ativo não circulante</b>	-	-	355.003	-	-	-	-	-	-	223.880
<b>Passivo circulante</b>	-	-	(40.111)	-	-	-	-	-	-	(46.703)
<b>Passivo não circulante</b>	-	-	(8.385)	-	-	-	-	-	-	(46.703)

(\*) Conta de compensação de variação dos valores de itens da "Parcela A". (\*\*) Conta de Desenvolvimento Energético. (\*\*\*) Encargo do Serviço do Sistema (ESS) e Encargo de Energia de Reserva (EER).  
**a) CVA:** Referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.14. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. **b) Neutralidade dos encargos setoriais:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados relativos a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras. **c) Sobrecontratação:** As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. **d) Outros componentes financeiros:** Refere-se principalmente à: (i) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, que será amortizado quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica; (ii) ressarcimento de P&D do valor recolhido a maior ao Tesouro Nacional, no período de 2010 a 2012, referente ao adicional de 0,30% sobre ROL; (iii) recalculos de processos tarifários anteriores e (iv) efeito tarifário decorrente de acordo bilateral entre partes signatárias de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR.

**9. CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS**

**9.1 Composição dos créditos e débitos fiscais**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Crédito (Débito) de contribuição social</b>				
Bases negativas	29.750	38.216	137.577	103.903
Benefício fiscal do intangível incorporado	-	-	97.288	105.677
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(355)	(408)	(292.257)	(305.677)
<b>Subtotal</b>	<b>29.395</b>	<b>37.808</b>	<b>(57.392)</b>	<b>(96.708)</b>
<b>Crédito (Débito) de imposto de renda</b>				
Prejuízos fiscais	84.113	109.103	382.359	303.543
Benefício fiscal do intangível incorporado	-	-	315.189	342.262
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(986)	(1.132)	(809.917)	(844.948)
<b>Subtotal</b>	<b>83.127</b>	<b>107.971</b>	<b>(112.369)</b>	<b>(199.141)</b>
<b>Crédito (Débito) de PIS e COFINS</b>				
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	-	-	(10.086)	(10.543)
<b>Total</b>	<b>112.522</b>	<b>145.779</b>	<b>(179.847)</b>	<b>(306.392)</b>
Total crédito fiscal	112.522	145.779	956.380	943.199
Total débito fiscal	-	-	(1.136.227)	(1.249.591)

**9.2 Benefício fiscal do intangível incorporado:** Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição de controladas, conforme demonstrado na tabela abaixo, os quais foram incorporados e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2011 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) - Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização, durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CPFL Paulista	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
CPFL Piratininga	41.246	114.572	45.872	127.421
RGE	10.180	34.938	11.215	38.491
RGE Sul (RGE)	-	-	21.513	88.843
CPFL Geração	45.863	153.618	26.466	73.515
<b>Total</b>	<b>97.288</b>	<b>315.189</b>	<b>105.065</b>	<b>342.262</b>

**9.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis**

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas	57.635	160.096	-	53.687
Entidade de previdência privada	2.913	8.093	-	2.331
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30.316	84.211	-	27.354
Provisão energia livre	9.166	25.462	-	8.382
Programas de P&D e eficiência energética	27.506	76.405	-	21.851
Provisão relacionada a pessoal	5.208	14.467	-	4.111
Diferença de taxas de depreciação	4.764	13.235	-	5.535
Derivativos	(58.698)	(163.051)	-	(48.848)
Registro da concessão - ajuste do intangível (IFRS/CPC)	(6.399)	(17.775)	-	(7.291)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (IFRS/CPC)	(148.561)	(410.608)	(7.823)	(117.527)
Perdas atuariais (IFRS/CPC)	26.001	72.223	-	25.716
Instrumentos financeiros (IFRS/CPC)	(5.111)	(14.194)	-	(5.291)
Outros	(18.834)	(52.471)	(2.263)	(15.803)
<b>Total</b>	<b>(18.834)</b>	<b>(52.471)</b>	<b>(2.263)</b>	<b>(15.803)</b>

**Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado**  
 Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído (IFRS/CPC) (48.806) (135.572) - (51.961) (144.336) -  
 Perdas atuariais (IFRS/CPC) 58.071 161.307 - 36.607 101.687 -

**Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - combinação de negócios**  
**Impostos diferidos - ativo:**  
 Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas 11.620 32.277 - 13.188 36.635 -  
 Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos) 19.817 55.047 - 21.294 59.150 -  
**Impostos diferidos - passivo:**  
 Mais-valia decorrente da apuração de custo atribuído (24.690) (68.584) - (26.201) (72.779) -  
 Intangível - direito de exploração/autorização (227.199) (631.106) - (246.669) (685.190) -  
 Outras diferenças temporárias (6.976) (19.379) - (6.145) (17.071) -  
**Total** **(292.257) (809.917) (10.086) (305.677) (844.947) (10.543)**

**9.4 Expectativa do período de recuperação:** A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Estas projeções são aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. Sua composição é como segue:

	Consolidado			
	2019		2017	
2019	-	-	187.256	-
2020	-	-	245.183	-
2021	-	-	228.756	-
2022	-	-	181.577	-
2023	-	-	222.874	-
2024 a 2026	-	-	528.714	-
2027 a 2029	-	-	256.211	-
2030 a 2032	-	-	37.636	-
2033 a 2035	-	-	18.234	-
2036 a 2038	-	-	4.068	-
<b>Total</b>	<b>(6.976)</b>	<b>(19.379)</b>	<b>(6.145)</b>	<b>(17.071)</b>

**9.5 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2018 e 2017**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>CSLL</b>	<b>2.179.615</b>	<b>2.179.615</b>	<b>1.250.525</b>	<b>1.250.525</b>

**Lucro antes dos tributos**  
**Ajustes para refletir a alíquota efetiva:**  
 Equivalência patrimonial (2.250.835) (2.250.835) (1.349.766) (1.349.766)  
 Amortização de intangível adquirido (13.528) (13.528) - -  
 Juros sobre capital próprio 424.892 424.892 289.783 289.783  
**Base de cálculo** **354.984** **376.121** **188.333** **215.299**  
 Alíquota aplicável 9% 25% 9% 25%  
**Crédito (Débito) fiscal apurado** **(31.949)** **(94.030)** **(16.950)** **(53.825)**  
 Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido 1.134 3.270 - -  
**Total** **(30.814)** **(90.760)** **(16.950)** **(53.825)**  
 Corrente (22.401) (65.916) (10.792) (34.689)  
 Diferido (8.414) (24.844) (6.158) (19.136)

**12.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:** As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	2018	2017
<b>Investimento</b>					
CPFL Paulista	880.653	9.353.492	1.273.423	1.910.866	280.354
CPFL Piratininga	53.096.770	9.910.404	240.144	516.235	152.800
CPFL Santa Cruz	-	-	-	-	23.447
CPFL Leste Paulista	-	-	-	-	9.549
CPFL Sul Paulista	-	-	-	-	10.545
CPFL Jaguarui de Energia (CPFL Santa Cruz)	359.058	1.203.345	170.413	392.040	81.191
CPFL Mococa	-	-	-	-	6.999
RGE	-	-	-	-	232.731
RGE Sul (RGE)	1.125	9.673.681	2.788.106	3.	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2018		31/12/2018		31/12/2017		2018		2017	
	Quantidade (mil) de ações	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimonial líquida	Resultado de equivalência patrimonial			
<b>Investimento</b>										
CPFL Brasil	3.000	1.357.522	3.000	72.680	91.502	72.680	96.093	91.502	94.455	
CPFL Planalto (*)	630	2.810	630	2.444	3.567	2.444	3.293	3.567	3.550	
CPFL Serviços	1.564.844	238.414	105.105	120.929	(24.076)	120.929	105.105	(24.076)	(12.863)	
CPFL Atende (*)	13.991	28.016	13.991	19.363	9.527	19.363	19.338	9.527	7.128	
Nect (*)	2.059	28.796	2.059	16.558	19.087	16.558	15.515	19.087	17.392	
CPFL Total (*)	9.005	23.173	9.005	19.953	21.690	19.953	20.624	21.690	20.865	
CPFL Jaguaruina	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.360)	
CPFL Telecom	119.780	6.860	1.833	5.465	4.442	5.465	2.018	4.442	(14.021)	
CPFL Centrais Geradoras (*)	16.128	18.689	16.128	15.998	618	15.998	16.177	618	735	
CPFL Eficiência	48.164	132.152	48.164	85.744	(11.908)	85.744	55.252	(11.908)	(2.582)	
AUTHI (*)	10	30.772	10	21.463	28.604	21.463	18.694	28.604	24.912	
<b>Subtotal Investimento - pelo patrimônio líquido da controlada</b>						<b>9.170.444</b>	<b>7.837.770</b>	<b>2.325.402</b>	<b>1.410.685</b>	
Amortização da mais-valia de ativos	-	-	-	-	-	-	-	(74.207)	(60.918)	
<b>Total</b>						<b>9.170.444</b>	<b>7.837.770</b>	<b>2.250.835</b>	<b>1.349.766</b>	
<b>Investimento</b>						<b>9.088.049</b>	<b>7.804.431</b>	<b>2.250.835</b>	<b>1.349.766</b>	
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital</b>						<b>82.395</b>	<b>33.340</b>	-	-	

(\*) Quantidade de cotas.  
A mais-valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais-valia de ativos de R\$ 74.207 (R\$ 60.918 em 2017) é classificada na rubrica "resultado de participações societárias", em consonância com o ICP/09 (R2). A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios de 2018 e 2017 é como segue:

	Investimento em 31/12/2017	Aumento/Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Efeito da aplicação inicial do IFRS 9/CPC 45	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Adiantamento para futuro aumento de capital/Outros	Reestruturação societária (nota 12.5)	Investimento em 31/12/2018
<b>Investimento</b>								
CPFL Paulista	1.370.403	350.000	649.516	(168.019)	(18.453)	-	-	1.910.866
CPFL Piratininga	461.059	-	182.654	(43.507)	(11.996)	-	-	516.235
CPFL Santa Cruz	340.463	-	81.191	1.376	(1.556)	(29.433)	-	392.040
RGE	1.680.334	-	232.731	(2.135)	(7.148)	-	(1.903.782)	-
RGE Sul (RGE)	1.228.317	-	255.854	562	(7.121)	9	1.907.728	3.286.587
CPFL Geração	2.354.115	-	766.451	(6.220)	-	1.243	-	2.625.465
CPFL Jaguar Geração	50.970	-	13.592	-	-	-	-	58.656
CPFL Brasil	96.093	-	91.502	-	(2.873)	-	(16.138)	72.680
CPFL Planalto	3.293	-	3.567	-	-	-	-	2.444
CPFL Serviços	105.105	-	(24.076)	-	-	39.900	-	120.929
CPFL Atende	19.338	-	9.527	-	-	-	-	19.363
NECT	15.515	-	19.087	-	-	-	-	16.558
CPFL Total	20.624	-	21.690	-	-	-	-	19.953
CPFL Telecom	2.018	33.360	4.442	-	-	(33.245)	-	5.465
CPFL Centrais Geradoras	16.177	-	618	-	-	(798)	-	15.998
CPFL Eficiência	55.252	-	(11.908)	-	-	-	42.400	85.744
AUTHI	18.694	-	28.604	-	-	-	-	21.463
<b>Total</b>	<b>7.837.770</b>	<b>383.360</b>	<b>2.325.042</b>	<b>(220.816)</b>	<b>(48.461)</b>	<b>(1.144.566)</b>	<b>50.307</b>	<b>9.170.444</b>

	Investimento em 31/12/2016	Aumento/(Redução)/Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reestruturação societária (nota 12.6)	Investimento em 31/12/2017
<b>Investimento</b>								
CPFL Paulista	1.063.400	-	280.354	95.461	(68.812)	-	-	1.370.403
CPFL Piratininga	355.755	-	152.080	(1.198)	(45.578)	-	-	461.059
Companhia Luz e Força Santa Cruz	140.520	-	23.447	-	(15.357)	-	(148.610)	-
CPFL Leste Paulista	52.853	-	9.589	-	(7.002)	-	(55.439)	-
CPFL Sul Paulista	58.895	-	10.545	-	(8.244)	-	(61.195)	-
Companhia Jaguarui de Energia (CPFL Santa Cruz)	30.255	-	11.720	-	(2.489)	-	300.978	340.463
CPFL Mococa	33.824	-	6.999	-	(5.089)	-	(35.733)	-
RGE	1.614.320	-	117.700	(1.366)	(50.319)	-	-	1.680.334
RGE Sul	1.258.384	-	57.305	435	(400.831)	-	1.170.577	1.228.317
CPFL Geração	2.158.384	-	594.026	2.536	(61.191)	-	2.354.115	2.354.115
CPFL Jaguarui Geração	45.099	-	15.709	-	(9.837)	-	-	50.970
CPFL Brasil	109.054	-	94.455	135	(102.639)	-	(4.911)	96.093
CPFL Planalto	2.101	-	3.550	-	(2.358)	-	-	3.293
CPFL Serviços	97.968	76.000	(12.863)	-	-	(56.000)	-	105.105
CPFL Atende	17.150	-	7.128	-	(4.941)	-	-	19.338
NECT	10.295	-	17.392	-	(12.172)	-	-	15.515
CPFL Total	27.570	(10.000)	20.865	-	(17.811)	-	-	20.624
CPFL Jaguaruina	1.256.161	1.299.520	(8.360)	-	-	(1.299.520)	(1.247.801)	1.910.866
CPFL Telecom	(19.302)	31.000	(14.021)	-	(17)	4.340	-	2.018
CPFL Centrais Geradoras	15.459	-	735	-	(3.708)	-	-	15.998
CPFL Eficiência	61.543	-	(2.582)	-	(3.708)	-	-	55.252
AUTHI	16.810	(2.600)	24.912	-	(20.428)	-	-	18.694
<b>Total</b>	<b>7.148.112</b>	<b>1.393.920</b>	<b>1.410.685</b>	<b>96.003</b>	<b>(777.632)</b>	<b>(1.351.180)</b>	<b>(82.135)</b>	<b>7.837.770</b>

No consolidado, os saldos de investimento correspondem à participação nos empreendimentos controlados em conjunto registrados pelo método de equivalência patrimonial:

	31/12/2018		31/12/2017		2018		2017	
	Participação patrimonial líquida	Resultado de equivalência patrimonial	Participação patrimonial líquida	Resultado de equivalência patrimonial	Participação patrimonial líquida	Resultado de equivalência patrimonial	Participação patrimonial líquida	Resultado de equivalência patrimonial
<b>Investimento em controladas em conjunto</b>								
Baesca	175.189	187.654	791	11.849	175.189	187.654	791	11.849
Enercan	175.122	176.998	101.392	85.808	175.122	176.998	101.392	85.808
Chapecoense	378.558	385.870	127.250	120.651	378.558	385.870	127.250	120.651
EPASA	241.433	240.388	105.343	94.663	241.433	240.388	105.343	94.663
Mais-valia de ativos, líquidos	10.060	10.640	(579)	(579)	10.060	10.640	(579)	(579)
<b>Total</b>	<b>980.363</b>	<b>1.001.550</b>	<b>334.198</b>	<b>312.390</b>	<b>980.363</b>	<b>1.001.550</b>	<b>334.198</b>	<b>312.390</b>

**12.2 Mais-valia de ativos e ágio:** A mais-valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirida através de combinações de negócios. O ágio refere-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura. Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 14). **12.3 Juros sobre o capital próprio ("JCP") e Dividendo a receber:** A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os seguintes saldos a receber das controladas abaixo, referentes a dividendo e JCP:

	31/12/2018		31/12/2017		2018		2017	
	Dividendo	Juros sobre o capital próprio	Dividendo	Juros sobre o capital próprio	Dividendo	Juros sobre o capital próprio	Dividendo	Juros sobre o capital próprio
<b>Controlada</b>								
CPFL Paulista	92.596	49.798	110.214	202.810	92.596	49.798	110.214	202.810
CPFL Piratininga	6.226	31.708	-	37.934	6.226	31.708	-	37.934
CPFL Santa Cruz	-	24.918	19.160	13.960	-	24.918	19.160	13.960
RGE (*)	-	50.319	-	-	-	50.319	-	-
RGE Sul	26.795	-	94.312	-	26.795	-	94.312	-
CPFL Geração	71.099	-	102.436	-	71.099	-	102.436	-
CPFL Centrais Geradoras	815	17	-	815	815	17	-	815
CPFL Jaguarui Geração	3.398	-	-	3.398	3.398	-	-	3.398
CPFL Brasil	111.083	20.748	2.451	2.361	111.083	20.748	2.451	2.361
CPFL Planalto	-	888	-	888	-	888	-	888
CPFL Atende	-	1.003	876	620	-	1.003	876	620
Nect Serviços	-	4.348	-	-	-	4.348	-	-
CPFL Telecom	1.111	-	-	1.111	1.111	-	-	1.111
CPFL Eficiência	12.195	12.195	15.104	17.404	12.195	12.195	15.104	17.404
AUTHI	151	6.228	-	151	151	6.228	-	151
<b>Total</b>	<b>325.469</b>	<b>170.461</b>	<b>376.261</b>	<b>34.344</b>	<b>325.469</b>	<b>170.461</b>	<b>376.261</b>	<b>34.344</b>

(\*) Em 31.12.2018 empresa agrupada na RGE Sul.  
No consolidado, o saldo de dividendo e JCP a receber de R\$ 100.182 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 56.145 em 31 de dezembro de 2017, refere-se basicamente aos empreendimentos controlados em conjunto. Após deliberações das AGOs/AGEs de suas controladas, a Companhia registrou em 2018 o montante de R\$ 576.274 a título de dividendo e juros sobre capital próprio referentes ao exercício de 2017. Adicionalmente, as controladas declararam em 2018: (i) o montante de R\$ 29.046 como dividendo intermediário referente aos resultados intermediários de 2018; (ii) JCP referente aos resultados de 2018 de R\$ 361.158; e (iii) o montante de R\$ 126.574 como dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2018. Dos montantes registrados como contas a receber, R\$ 596.100 foram pagos pelas controladas para a Companhia em 2018. **12.4 Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto:** A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue: **12.4.1 Movimentação da participação de acionistas não controladores**

	31/12/2018		31/12/2017		2018		2017	
	CPFL Renováveis	Paulista Lajeado	CPFL Renováveis	Paulista Lajeado	CPFL Renováveis	Paulista Lajeado	CPFL Renováveis	Paulista Lajeado
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>263.719</b>	<b>2.060.963</b>	<b>77.966</b>	<b>2.402.648</b>	<b>263.719</b>	<b>2.060.963</b>	<b>77.966</b>	<b>2.402.648</b>
<b>Participação acionária e no capital votante</b>	<b>35,00%</b>	<b>48,40%</b>	<b>40,07%</b>	<b>40,07%</b>	<b>35,00%</b>	<b>48,40%</b>	<b>40,07%</b>	<b>40,07%</b>
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	37.949	13.720	11.623	63.292	37.949	13.720	11.623	63.292
Dividendos	(92.832)	(16.619)	(8.769)	(118.220)	(92.832)	(16.619)	(8.769)	(118.220)
Aumento (redução) de capital	(122.806)	15	-	(122.791)	(122.806)	15	-	(122.791)
Outras movimentações	-	-	(113)	(113)	-	-	(113)	(113)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>86.031</b>	<b>2.058.079</b>	<b>80.707</b>	<b>2.224.816</b>	<b>86.031</b>	<b>2.058.079</b>	<b>80.707</b>	<b>2.224.816</b>
<b>Participação acionária e no capital votante</b>	<b>35,00%</b>	<b>48,40%</b>	<b>40,07%</b>	<b>40,07%</b>	<b>35,00%</b>	<b>48,40%</b>	<b>40,07%</b>	<b>40,07%</b>
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	34.731	62.470	10.754	107.955	34.731	62.470	10.754	107.955
Dividendos	(44.314)	(13.511)	(10.860)	(68.685)	(44.314)	(13.511)	(10.860)	(68.685)
Outras movimentações	-	5.656	(108)	5.548	-	5.656	(108)	5.548
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>76.448</b>	<b>2.112.693</b>	<b>80.493</b>	<b>2.269.634</b>	<b>76.448</b>	<b>2.112.693</b>	<b>80.493</b>	<b>2.269.634</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
		31/12/2018	31/12/2017		
<b>Mensuradas ao custo - Moeda Nacional</b>					
<b>Prefixado</b>					
FINEM	Prefixado de 2,5% a 8% (a)	418.336	546.504	2011 a 2024	(i) Fiança da CPFL Energia e da State Grid Brazil; (ii) Recebíveis; (iii) Penhor de ações da CPFL Renováveis e SPE; (iv) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL; (v) Cessão de direitos creditórios e vinculação de receitas.
FINAME	Prefixado de 2,5% a 10% (a)	48.672	71.790	2012 a 2025	(i) Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos; (ii) Cessão fiduciária dos recebíveis; (iii) Fiança e Aval da CPFL Energia; (iv) Bens vinculados em alienação fiduciária.
FINEP	Prefixado de 3,5% a 8%	6.576	10.482	2013 a 2021	
Empréstimos bancários	Prefixado de 9,5% a 10,14% e bônus de adimplência de 15% e 25%	419.191	271.492	2009 a 2037	(i) Penhor de direitos emergentes; (ii) Alienação fiduciária de máquinas, equipamentos e direitos creditórios; (iii) Cessão na veiculação de receitas; (iv) Fiança bancária; (v) Aval da CPFL Renováveis.
		<b>892.776</b>	<b>900.257</b>		
<b>Pós-fixado</b>					
<b>TJLP e TLP</b>					
FINEM	TJLP e TJLP + de 1,72% a 3,4% (b)	3.128.625	3.406.017	2009 a 2033	(i) Fiança bancária; (ii) Aval da CPFL Energia; (iii) Penhor de recebíveis, de equipamentos, de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e de ações de SPE (iv) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis; (v) Fiança corporativa da Bioenergia, Edica Holding S.A, CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid Brazil.
FINEM	TLP + 4,74% a 4,80% (b)	1.190.169	-	2027 a 2028	
FINAME	TJLP + 2,2% a 4,2% (b)	20.935	23.181	2017 a 2027	
FINEP	TJLP e TJLP -1%	3.491	13.997	2016 a 2024	
Empréstimos bancários	TJLP + 2,99% a 3,1%	5.069	6.273	2005 a 2023	(i) Penhor de ações, direitos creditórios e emergente da concessão; (ii) Aval da CPFL Energia.
		<b>4.348.289</b>	<b>3.449.468</b>		
<b>SELIC</b>					
FINEM	SELIC + 2,19% a 2,66% (c)	108.752	134.260	2015 a 2022	(i) Fiança da State Grid Brazil, CPFL Energia e recebíveis; (ii) Aval da CPFL Energia
FINAME	SELIC + 2,70% a 3,90%	5.365	5.840	2016 a 2022	
		<b>114.117</b>	<b>140.099</b>		
<b>CDI</b>					
Empréstimos bancários	(i) De 100,00% a 109,50% do CDI (c)	208.384	885.715	2012 a 2024	(i) Aval da CPFL Renováveis e CPFL Energia; (ii) Nota promissória da CPFL Renováveis; (iii) Fiança da CPFL Energia.
Empréstimos bancários	(i) 104% do CDI; (ii) CDI + 1,39% (j) 105% do CDI	177.888	443.035	2017 a 2023	
Notas promissórias	(ii) CDI + 0,5% a 3,40%	-	110.523	2018	Aval da CPFL Renováveis e CPFL Energia
Notas promissórias	CDI + 3,80%	-	102.006	2017 a 2018	
		<b>386.272</b>	<b>1.541.278</b>		
<b>IGPM</b>					
Empréstimos bancários	IGPM + 8,63%	51.889	57.291	2011 a 2024	(i) Penhor de ações, direitos creditórios e emergente da concessão e vinculação de receitas; (ii) Aval da CPFL Energia.
Empréstimos bancários	Cesta de Moedas + de 1,99% a 5%	2.152	2.293	2006 a 2023	(i) notas promissórias; (ii) fiança bancária; (iii) direitos creditórios; (iv) penhor de ações; (v) alienação fiduciária das máquinas e equipamentos e de recebíveis; e (vi) fiança CPFL Renováveis.
<b>Outros</b>					
Outros		66.403	74.740	2007 a 2038	
<b>Total moeda nacional</b>		<b>5.861.896</b>	<b>6.165.427</b>		
<b>Gastos com captação (*)</b>		<b>(57.193)</b>	<b>(31.816)</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira</b>					
<b>Dólar</b>					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,80% a 3%	-	2.879.241	2017 a 2022	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,8% a 1,55% (c)	1.866.418	704.572	2017 a 2022	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,93% a 4,32%	2.988.689	1.114.370	2017 a 2021	Aval da CPFL Energia e nota promissória
		<b>4.855.108</b>	<b>4.698.184</b>		
<b>Euro</b>					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + de 0,42% a 0,96%	879.499	218.814	2019 a 2021	Aval da CPFL Energia e nota promissória
<b>Marcação a mercado</b>		<b>(103.351)</b>	<b>(58.552)</b>		
<b>Total moeda estrangeira</b>		<b>5.631.255</b>	<b>4.858.446</b>		
<b>Total</b>		<b>11.435.958</b>	<b>10.992.057</b>		

Os empréstimos bancários em moedas estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 33.

**Taxa efetiva:** (a) De 30% a 70% de CDI; (b) De 60% a 110% do CDI; (c) De 100% a 130% de CDI.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir: Conforme segregado nos quadros acima, o Grupo, em consonância com o CPC 48 e IFRS 9, classificou suas dívidas como: (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 5.631.255 (R\$ 4.858.445 em 31 de dezembro de 2017). As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro do Grupo, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2018, os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 103.351 (R\$ 58.552 em 31 de dezembro 2017), compensados pelas perdas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 65.678 (R\$ 51.145 em 31 de dezembro de 2017), contratados para proteção da variação cambial (nota 33), geraram um ganho total líquido de R\$ 37.673 (R\$ 7.407 em 31 de dezembro de 2017). Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Variação acumulada % a.a.		Consolidado % da dívida	
	2018	2017	31/12/2018	31/12/2017
2020	7,54	(0,52)	0,45	0,52
2021	6,72	7,42	7,00	31,38
2022	6,40	6,89	52,62	59,49
2023	-	-	8,90	8,60
2024 a 2044	-	-	100,00	100,00
<b>Subtotal</b>			<b>9.075.670</b>	
<b>Marcação a mercado</b>			<b>(85.824)</b>	
<b>Total</b>			<b>8.989.846</b>	

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Índice	Variação acumulada % a.a.		Consolidado % da dívida	
	2018	2017	31/12/2018	31/12/2017
IGPM	7,54	(0,52)	0,45	0,52
TJLP e TLP	6,72	7,42	7,00	31,38
CDI	6,40	6,89	52,62	59,49
Outros	-	-	8,90	8,60

Principais adições no exercício:

Modalidade	R\$ mil		Pagamento de juros	Destinação dos recursos
	Total aprovado	Liborado em 2018		
<b>Moeda nacional:</b>				
<b>Prefixado</b>				
Empréstimos bancários	170.152	166.404	164.601	Mensal Plano de investimento
<b>Pós-fixado</b>				
<b>CDI</b>				
Empréstimos bancários (a)	16.000	16.000	16.000	Único Capital de Giro
Empréstimos bancários (a)	7.360	7.360	7.360	Semestral Capital de Giro
<b>TJLP e TLP</b>				
FINEM	209.510	125.515	124.130	Mensal Plano de investimento
FINEM	2.608.634	1.190.000	1.161.994	Mensal Plano de investimento
FINAME (a)	79.331	384	384	Trimestral Aquisição de máquinas e equipamentos
<b>Outros</b>				
Empréstimos bancários	39.054	32.418	30.903	Mensal Plano de investimento
<b>Moeda Estrangeira:</b>				
<b>Dólar</b>				
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	2.666.880	2.666.880	2.666.880	Trimestral Capital de Giro
<b>Euro</b>				
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	879.500	879.500	879.500	Trimestral Capital de Giro
	<b>6.676.421</b>	<b>5.084.461</b>	<b>5.051.752</b>	

(a) Não há cláusulas restritivas financeiras.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
		31/12/2018	31/12/2017		
<b>Mensuradas ao custo - pós-fixado</b>					
<b>TJLP</b>					
TJLP	TJLP + 1%	(d)	481.099	495.408	2009 a 2029
<b>CDI</b>					
IPCA	(i) De 105,75% a 129,5% do CDI; (ii) CDI + 0,27% a 1,90% de 107,75% a 114,50% do CDI	(a)	5.858.319	6.727.437	2015 a 2024
	IPCA + de 4,42% a 5,86%	(b) (c)	859.428	719.119	2018 a 2022
			1.367.428	1.311.432	2019 a 2027
			<b>8.566.274</b>	<b>9.253.396</b>	
<b>Gastos com captação (*)</b>					
IPCA	IPCA + 5,80%	(b)	426.989	-	2024 a 2026
<b>Marcação a mercado</b>			<b>434.367</b>	<b>-</b>	
			<b>8.940.845</b>	<b>9.176.526</b>	

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação do IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 33. Taxa efetiva: (a) De 105,4% a 144,6% do CDI | CDI + de 0,75% a 4,76%; (b) IPCA + 4,42% a 6,31%; (c) De 101,74% a 103,3% do CDI; (d) TJLP + 3,46%. Conforme segregado no quadro acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48/IFRS 9, classificou suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da debênture designada ao valor justo totalizava R\$ 434.367. As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2018 as perdas acumuladas obtidas na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 7.378, que compensados pelos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 21.012, contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 33), geraram um ganho total de R\$ 13.634. O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Consolidado	
	2020	2021
2020	303.327	3.578.382
2021	1.571.891	1.055.539
2022	1.571.891	1.055.539
2023	1.571.891	1.055.539
2024	819.690	577.107
2025 a 2029	110.180	110.180
<b>Subtotal</b>		<b>8.016.115</b>
<b>Marcação a mercado</b>		<b>7.378</b>
<b>Total</b>		<b>8.023.493</b>

Principais adições no exercício

Os recursos obtidos pelas principais adições abaixo tiveram a destinação para o plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro das controladas e o pagamento de juros é semestral.

**Pré-pagamento:** No ano de 2018, foram liquidados antecipadamente R\$ 3.247.401 de debêntures cujos vencimentos originais eram de abril de 2019 a setembro de 2021. **Condições restritivas:** As debêntures emitidas pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2018. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais de subsidiárias da CPFL Renováveis, emissoras das**

**Pré-pagamento:** No ano de 2018, foram liquidados antecipadamente R\$ 2.202.406 de empréstimos cujos vencimentos originais eram até junho de 2024. **Condições restritivas:** Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2018. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz e RGE, detentoras dos contratos:** • Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a um índice que varia entre 3,50 e 3,75. • Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,9. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da CPFL Renováveis, detentoras dos contratos:** • Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a um índice que varia entre 1,0 e 1,3. • Índice de Capitalização Própria maior ou igual a um índice que varia entre 25,0% e 39,5%. • Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 80%. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis:** • Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75. • Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,55. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia:** • Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75. • Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,72. • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25. **Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil")** Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCP 01) maior ou igual a 0,3. A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos). Em 2018, a controlada CPFL Renováveis obteve o BNDES a não declaração de vencimento antecipado na hipótese de não cumprimento do ICSD nas demonstrações financeiras de sua subsidiária Bio Ester e dos índices financeiros ICSD, Dívida Líquida dividida pelo EBITDA e Patrimônio Líquido dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida nas demonstrações financeiras de suas subsidiárias Bio Coopacana e Bio Alvorada. Adicionalmente, na mesma ocasião, a CPFL Renováveis também obteve a anuência para a exclusão da exigência de manutenção dos índices mencionados a partir do exercício de 2019. Em 2018, a controlada CPFL Piratininga obteve do BNDES e bancos repassadoros a autorização de dispensa da obrigação de apuração do índice financeiro Dívida Líquida dividida pelo EBITDA contidos nos contratos de financiamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2018, exceto pelo mencionado acima acerca da controlada indireta CPFL Renováveis para a qual a controlada obteve as devidas aprovações das instituições financeiras.

**17. DEBÊNTURES**

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Mensuradas ao custo - pós-fixado	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos marcação a mercado	Encargos pagos 31/12/2018
TJLP	495.408	-	(46.768)	37.539	(5.080)
CDI	7.446.558	4.163.000	(4.832.370)	582.188	(652.185)
IPCA	1.311.432	-	-	118.028	(62.030)
<b>Total ao custo</b>	<b>9.253.396</b>	<b>4.163.000</b>	<b>(4.879.138)</b>	<b>748.311</b>	<b>(719.295)</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(76.870)</b>	<b>(17.261)</b>	<b>-</b>	<b>34.334</b>	<b>(59.796)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo - pós-fixado</b>					
IPCA	-	416.600	-	10.389	-
Marcação a mercado	-	-	-	7.378	-
<b>Total ao valor justo</b>		<b>416.600</b>		<b>17.767</b>	
<b>Total</b>	<b>9.176.527</b>	<b>4.562.339</b>	<b>(4.879.138)</b>	<b>800.412</b>	<b>(719.295)</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.703.073</b>				<b>917.352</b>
<b>Não circulante</b>	<b>7.473.454</b>				<b>8.023.493</b>

(\*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

**debêntures:** • Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2. • Dívida Líquida dividida pelo Dividendos Recebidos menor ou igual a 3,5. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, para debêntures emitidas pela CPFL Renováveis e suas subsidiárias:** • Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 4,0. • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,75. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia:** • Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a um índice que varia entre 3,0 e 3,75. • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25. Em 19 de junho de 2018, a CPFL Renováveis obteve dos debenturistas a anuência para a exclusão da obrigação de cumprimento dos Índices de Cobertura de Serviço da Dívida e Índice de Cobertura de Serviço da Dívida da Operação referentes à 1ª emissão de debêntures da CPFL Renováveis. A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2018, exceto pelo mencionado acima acerca da controlada indireta CPFL Renováveis, para a qual a controlada obteve as devidas aprovações das instituições financeiras.

**18. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

As controladas mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados com as seguintes características: **18.1 Características: CPFL Paulista:** Atualmente vigente, para os funcionários da controlada CPFL Paulista através da FUNCESP um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características: (i) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldaado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldaado ("BSPS"), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada. (ii) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada. (iii) Plano de Contribuição Variável - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada.

Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada. Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco. **RGE Sul (RGE)** A controlada RGE mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus colaboradores e ex-colaboradores, administrado pela Fundação CEEE de Previdência Privada, sendo: (i) "Plano 1" (Pl

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CPFL Paulista, CPFL Geração e CPFL Piratininga		Plano 1		Plano 2	
	31/12/2018	31/12/2017	RGE Sul (RGE)	RGE	RGE Sul (RGE)	RGE
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,10% a.a.	9,51% a.a.	9,30% a.a.	9,51% a.a.	9,10% a.a.	9,51% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,10% a.a.	9,51% a.a.	9,30% a.a.	9,51% a.a.	9,10% a.a.	9,51% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,56% a.a.(*)	6,08% a.a.(*)	6,13% a.a.	6,13% a.a.	5,97% a.a.	6,10% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábuas biométricas de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)	BR-EMS sb v2015	BR-EMS sb v2015	BR-EMS sb v2015	BR-EMS sb v2015
Tábuas biométricas de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca	Light média	Light média	Light média	Light média
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012	Nula	Nula	Nula	Nula
Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e mulheres:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria pelo Plano	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria pelo Plano	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria pelo Plano	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria pelo Plano	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria pelo Plano	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria pelo Plano

(\*) O Índice estimado de aumento nominal dos salários para a CPFL Piratininga foi de 6,39% em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

**18.5 Ativos do plano:** As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão do Grupo CPFL, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, administrados pela FUNCESP e Fundação CEEE. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2019, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2018. A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Consolidado					
	31/12/2018		31/12/2017		Principais causas:	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Trabalhistas	786.901	686.538	786.901	686.538	Trabalhistas	786.901
Cíveis	1.630.630	1.178.671	1.630.630	1.178.671	Danos pessoais, impactos ambientais e majoração tarifária	1.630.630
Fiscais	6.199.589	5.100.151	6.199.589	5.100.151	ICMS, FINSOCIAL, PIS, COFINS, CSLL e Imposto de Renda	6.199.589
Regulatório	139.593	140.695	139.593	140.695	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeiro	139.593
<b>Total</b>	<b>8.756.713</b>	<b>7.106.055</b>	<b>8.756.713</b>	<b>7.106.055</b>		

(a) **Fiscais:** (i) há uma discussão referente à dedutibilidade para imposto de renda da despesa reconhecida em 1997 referente ao compromisso assumido relativo ao plano de pensão dos funcionários da controlada CPFL Paulista perante a Fundação CESP no montante estimado de R\$ 1.226.965, com um depósito judicial vinculado no valor de R\$ 206.874 e garantias financeiras (carta de fiança e seguro garantia); (ii) em 2016 a controlada CPFL Renováveis recebeu auto de infração no montante de R\$ 327.547 referente cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da venda da Janius SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou que as chances de êxito são possíveis; (iii) em 2016 a controlada CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R\$ 414.470 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao anos-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSÁ Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou que as chances de êxito são possíveis. (b) **Trabalhistas:** No tocante às contingências trabalhistas, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja decisão definitiva publicada pelo STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR"), o qual tem sido reconhecido pelo TST em decisões recentes. Desta forma, a Administração do Grupo considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente, de acordo com a Lei nº 13.467, de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da justiça do Trabalho a partir da vigência da norma. A Administração do Grupo, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

**22. OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Consumidores e concessionárias	93.611	93.068	47.831	44.473
Programa de eficiência energética - PEE	183.225	186.821	120.563	110.931
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	110.495	103.308	72.941	68.780
EPF/INDUST/PROCEL (*)	38.052	15.612	-	-
Fundo de reversão	1.712	-	14.327	17.750
Adiantamentos	197.470	300.214	48.274	22.255
Descontos tarifários - CDE	96.819	25.040	-	-
Provisão para gastos ambientais	22.709	16.360	110.261	107.814
Folha de pagamento	15.674	20.747	-	-
Participação nos lucros	95.502	80.518	20.575	16.273
Comissões de arrecadação	85.018	72.483	-	-
Garantias	-	-	5.515	5.959
Aquisição de negócios	7.598	6.927	-	-
Outros	31.410	40.408	34.659	32.654
<b>Total</b>	<b>979.296</b>	<b>961.306</b>	<b>475.396</b>	<b>426.889</b>

(\*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética; FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica. **Consumidores e concessionárias:** As obrigações com consumidores referem-se principalmente a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização. **Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento:** As controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou que as chances de êxito são possíveis. **Adiantamentos:** refere-se substancialmente ao adiantamento de clientes relativo ao faturamento antecipado pela controlada CPFL Renováveis, sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia ou serviço. **Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos:** Referem-se principalmente a provisões constituídas pela controlada indireta CPFL Renováveis, relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. **Descontos tarifários - CDE:** Refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE. **Participação nos lucros:** Refere-se principalmente a: (i) Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, o Grupo implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; (ii) Programa mensal, com base na SELIC, até o montante de sua efetiva realização. **Adiantamentos:** Executivos do Grupo, aprovado pelo Conselho de Administração, que consiste em um incentivo em recursos financeiros baseado em múltiplos salariais e que tem como orientadores os resultados da empresa e a performance média da Companhia nos três exercícios sociais seguintes a cada concessão.

**23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

A participação dos acionistas no Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está assim distribuída:

	Quantidade de ações			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
<b>Acionistas</b>				
State Grid Brazil				
Power Participações S.A.	730.435.698	71,76%	730.435.698	71,76%
ESC Energia S.A.	234.086.204	23,00%	234.086.204	23,00%
Membros da Diretoria Executiva	189	0,00%	189	0,00%
Demais acionistas	53.392.655	5,25%	53.392.655	5,25%
<b>Total</b>	<b>1.017.914.746</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.017.914.746</b>	<b>100,00%</b>

**23.1 Alteração de composição acionária e Oferta Pública de Ações ("OPA")** Em janeiro de 2017, foi realizado o fechamento do Contrato de Aquisição de Ações celebrado entre a State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil"), a Camargo Correa S.A., a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, a Fundação CESP, a Fundação Sistel de Seguridade Social, a Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, a Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV, e certas outras partes. Após a finalização da transação, a State Grid Brazil se tornou o único controlador da CPFL Energia, com 54,64% do capital votante e total da Companhia. Em novembro de 2017, respectivamente foi efetuado com sucesso o leilão da OPA no sistema de negociação da Bolsa de Valores de São Paulo, Bolsa, Balção ("Leilão"). Como resultado do leilão, a State Grid Brazil adquiriu 408.357.085 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 88,44% do total de ações objeto da OPA e 40,12% do capital social da Companhia. As ações ordinárias foram adquiridas pelo preço de R\$ 27,69, totalizando o valor de R\$ 11.307.408. A State Grid Brazil passou a deter, em conjunto com a ESC Energia S.A., 964.521.902 ações ordinárias de emissão da Companhia, elevando sua participação conjunta de 54,64% para 94,75% do capital social total da Companhia. De acordo com a regulamentação da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balção, depois de incorrido no período de 18 meses a partir de 30 de novembro de 2017, é necessário que a Companhia tome uma decisão de restabelecer a flutuação mínima exigida ou desista de suas ações do mercado de ações público. A Companhia e seus acionistas estão avaliando suas opções considerando os requisitos acima mencionados. **23.2 Reserva de capital:** Refere-se basicamente ao (i) registro decorrente da combinação de negócios da CPFL Renováveis, no montante de R\$ 229.322 ocorrido em 2011; (ii) efeito da oferta pública de ações da controlada CPFL Renováveis em 2013, no montante de R\$ 52.308, como consequência da redução na participação societária indireta da CPFL Renováveis; (iii) efeito da associação entre CPFL Renováveis e DESA, no montante de R\$ 180.297 em 2014; e (iv) outras movimentações sem alteração no controle de R\$ 1.243. De acordo com o ICPQ 09 (R2) e IFRS 10/CPQ 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido. **23.3 Reserva de lucros:** O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 4.428.503, que compreende: (i) Reserva Legal de R\$ 900.992; e (ii) Reserva de reforço de capital de giro R\$ 3.527.511. **23.4 Resultado abrangente acumulado:** O resultado abrangente acumulado é composto por: (i) Custo atribuído: Refere-se ao registro da mais-valia do custo atribuído ao imobilizado das geradoras, no montante de R\$ 380.721; (ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 809.126 (líquido de imposto de renda e contribuição social) corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o IAS 19/CPQ 33 (R2); (iii) Efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários; de acordo com o IFRS 9/CPQ 48 (saldo credor de R\$ 52.109). **23.5 Dividendo:** Na AGE de 27 de abril de 2018 foi aprovada a declaração de dividendo referente ao exercício de 2017 de R\$ 290.191. Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2018, o montante de R\$ 488.785 de dividendo mínimo obrigatório, conforme refere a Lei 6.404/76, sendo atribuído para cada ação o valor de R\$ 0,480182232. Em 2018, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 279.101 referente ao dividendo de 2018. **23.6 Extinção da reserva estatutária do ativo financeiro da concessão:** Na AGE de 27 de abril de 2018 foi aprovada a extinção da reserva estatutária de ativo financeiro da concessão e a transferência do respectivo saldo de R\$ 826.600 para a conta de Lucros Acumulados. **23.7 Destinação do lucro líquido do exercício:** O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
	GWh	RS mil	GWh	RS mil
<b>Lucro líquido do exercício - controladora</b>	<b>2.058.040</b>	<b>2.058.040</b>	<b>2.058.040</b>	<b>2.058.040</b>
Realização do resultado abrangente	25.117	(92.607)	25.117	(92.607)
Reversão de Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	826.600	-	826.600	-
<b>Lucro líquido base para destinação</b>	<b>2.827.151</b>	<b>1.965.433</b>	<b>2.827.151</b>	<b>1.965.433</b>
Reserva legal	(102.902)	-	(102.902)	-
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(2.235.465)	-	(2.235.465)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	(488.785)	-	(488.785)	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-
Para este exercício, considerando o atual cenário com uma incipiente retomada econômica e, também considerando as incertezas quanto à hidrologia, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 2.235.465 à reserva estatutária - reforço de capital de giro.	-	-	-	-

**27. CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS**

	Consolidado													
	Custo de operação				Despesas Operacionais Gerais e Outros									
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017						
Pessoal	901.333	882.150	-	-	2.172.700	170.859	340.442	324.147	-	-	-	-	-	-
Entidade de previdência privada	89.909	113.887	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Material	228.001	222.650	888	1.061	9.089	2.444	20.100	23.818	-	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	210.234	251.549	2.294	1.856	166.693	186.523	613.533	287.221	-	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	1.237.627	1.143.795	-	-	4.260	5.400	35.319	93.639	-	-	-	-	-	-
Custos com construção da infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	66.650	157.113	(6)	(7)	255.442	225.000	248.897	218.247	485.427	438.494	1.056.410	1.038.847	-	-
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos e aluguel	43.898	52.734	-	-	-	-	22.898	19.740	-	-	-	-	-	-
Publicidade	21	202	-	-	15	1	19.155	17.412	-	-	-	-	-	-
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	186.868	188.355	-	-	-	-	-	-
Doações, contribuições e subvenções	2.053	88	-	-	2	5.108	3.924	-	-	-	-	-	-	-
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização de prêmio pago - GSF	13.413	9.594	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	11.140	8.656	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(3.875)	74.130	(6)	(7)	(1.264)	1.291	15.049	(11.184)	(12.271)	(353)	(2.389)	63.877	-	-
<b>Total</b>	<b>2.733.754</b>	<b>2.771.145</b>	<b>1.775.399</b>	<b>2.074.611</b>	<b>608.184</b>	<b>590.232</b>	<b>987.291</b>	<b>947.072</b>	<b>485.427</b>	<b>438.494</b>	<b>6.567.995</b>	<b>6.821.514</b>	-	-

**24. LUCRO POR AÇÃO**

**Lucro por ação - básico e diluído:** O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados. Especificamente para o cálculo do lucro por ação diluído, consideram-se os efeitos dilutivos de instrumentos conversíveis em ações, conforme demonstrado:

	2018	2017
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	2.058.040	1.179.750
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	1.017.914.746	1.017.914.746
<b>Lucro por ação - básico</b>	<b>2,02</b>	<b>1,16</b>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	2.058.040	1.179.750
Efeito dilutivo de debêntures conversíveis da controlada CPFL Renováveis (*)	(7.525)	(11.966)
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	2.050.515	1.167.784
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	1.017.914.746	1.017.914.746
<b>Lucro por ação - diluído</b>	<b>2,01</b>	<b>1,15</b>

(\*) O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por subsidiárias da controlada indireta CPFL Renováveis. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início do exercício.

**25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Nº de Consumidores		Consolidado		RS mil	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
	GWh	GWh	GWh	GWh	RS mil	RS mil
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores</b>						
Residencial	8.544.035	8.330.237	19.618	19.122	13.549.879	11.663.084
Industrial	58.241	59.825	13.834	14.661	5.188.778	5.095.840
Comercial	532.592	545.095	10.211	10.220	6.038.086	5.498.867
Rural	361.980	359.106	3.583			

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 28. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	2018	2017
<b>Receitas</b>		
Rendidas de aplicações financeiras	222.773	457.255
Acrescimos e multas moratórias	276.350	265.455
Atualização de créditos fiscais	14.819	19.623
Atualização de depósitos judiciais	37.322	49.502
Atualizações monetárias e cambiais	70.201	60.999
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	33.773	16.386
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	80.240	—
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(46.217)	(48.322)
PIS e COFINS sobre JCP	(39.355)	(27.798)
Outros	112.503	87.214
<b>Total</b>	<b>762.413</b>	<b>880.314</b>
<b>Despesas</b>		
Encargos de dívidas	(1.328.693)	(1.661.060)
Atualizações monetárias e cambiais	(368.141)	(540.053)
(-) Juros capitalizados	26.606	50.543
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	—	(82.333)
Uso do Bem Público - UBP	(17.759)	(8.048)
Outros	(79.114)	(106.917)
<b>Total</b>	<b>(1.865.101)</b>	<b>(2.367.868)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(1.102.687)</b>	<b>(1.487.554)</b>

Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pelos executivos do Grupo:

2018	Geração		Renováveis		Comercialização	Serviços	Subtotal	Outros (*)	Eliminações	Total
	Distribuição	(Fontes convencionais)	(Fontes renováveis)	(Fontes convencionais)						
Receita operacional líquida	22.457.079	661.831	1.468.254	3.491.300	58.163	28.136.627	—	—	28.136.627	
(-) Vendas entre segmentos	—	462.548	468.065	5.152	474.646	1.440.650	(1.440.650)	—	—	
Atividade financeira	(15.022.304)	(108.421)	(320.346)	(3.352.745)	(4.470.646)	(18.797.816)	—	—	959.650	
Custos e despesas operacionais	(4.440.783)	(104.606)	(407.211)	(47.287)	(437.709)	(5.437.597)	(39.333)	481.000	(4.995.931)	
Depreciação e amortização	(766.796)	(116.372)	(623.106)	(2.346)	(22.521)	(1.531.143)	(209)	—	(1.531.351)	
Resultado do serviço	2.237.434	820.799	585.655	94.074	72.579	3.810.721	(39.542)	—	3.771.179	
Resultado de participações societárias	—	334.198	—	—	—	334.198	—	—	334.198	
Receita financeira	574.685	75.844	131.694	46.102	5.782	834.107	(22.092)	(49.602)	762.413	
Despesa financeira	(884.583)	(324.121)	(635.820)	(59.128)	(5.908)	(1.909.559)	(5.143)	49.602	(1.865.100)	
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.927.537	906.899	81.530	81.049	72.453	3.069.467	(66.778)	—	3.002.690	
Imposto de renda e contribuição social	(495.120)	(137.089)	(37.276)	(27.945)	(29.529)	(652.408)	(121.575)	—	(773.982)	
Lucro (prejuízo) líquido	1.432.416	769.810	118.805	53.104	42.924	2.417.060	(188.352)	—	2.228.707	
Total do ativo	24.124.856	4.327.071	12.175.855	933.121	476.476	42.037.413	(1.643.260)	(1.469.148)	42.211.530	
Aquisições do imobilizado e outros intangíveis	1.769.569	11.517	225.202	2.926	52.855	2.062.069	353	—	2.062.422	

2017	Geração		Renováveis		Comercialização	Serviços	Subtotal	Outros (*)	Eliminações	Total
	Distribuição	(Fontes convencionais)	(Fontes renováveis)	(Fontes convencionais)						
Receita operacional líquida	21.068.435	741.842	1.489.932	3.402.804	40.611	26.743.625	1.281	—	26.744.905	
(-) Vendas entre sociedades parceiras	8.182	448.427	469.152	11.297	444.935	1.381.993	—	(1.381.993)	—	
Custo com energia elétrica	(14.146.739)	(147.380)	(348.029)	(3.196.028)	—	(17.838.176)	—	936.658	(16.901.518)	
Custos e despesas operacionais	(4.695.445)	(156.345)	(389.443)	(47.296)	(398.188)	(5.686.717)	(51.121)	445.336	(5.292.502)	
Depreciação e amortização	(703.601)	(120.554)	(617.017)	(3,054)	(19,760)	(1,463,986)	(65,066)	—	(1,529,052)	
Resultado do serviço	1.530.833	765.990	604.596	167.724	67.598	3.136.740	(114.906)	—	3.021.834	
Resultado de participações societárias	—	312.390	—	—	—	312.390	—	—	312.390	
Receita financeira	597.203	128.433	137.765	25.895	11.349	380.844	20.505	(20,835)	380.314	
Despesa financeira	(1.163.689)	(437.009)	(648.571)	(58,801)	(7,101)	(2,315,170)	(73,532)	20,835	(2,367,868)	
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	964.347	749.805	93.789	134.818	71.846	2.014.605	(167,933)	—	1.846,672	
Imposto de renda e contribuição social	(299.510)	(95.688)	(74.125)	(44,527)	(16,994)	(530,845)	(72,784)	—	(603,629)	
Lucro (prejuízo) líquido	664.837	654.117	19.665	90.290	54.852	1,483,761	(240,717)	—	1,243,042	
Total do ativo	22.040.918	4.682.527	12.856.002	975,877	454,961	41,010,285	1,628,107	(1,355,480)	41,282,912	
Aquisições do imobilizado e outros intangíveis	1.882.502	8.973	621,046	2,927	54,149	2,569,598	835	—	2,570,433	

A linha de "Total do ativo" de 2018 e 2017 estão apresentadas excluindo, em cada segmento, os investimentos registrados referentes a outros segmentos. (\*) Outros: refere-se basicamente a ativos e transações que não são relacionados a nenhum dos segmentos identificados.

## 30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui as seguintes empresas como acionistas controladores: • State Grid Brazil Power Participações S.A. Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético. • ESC Energia S.A. Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A. As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1. Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exercam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas e coligadas. As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir: **a) Compra e venda de energia e encargos:** Refere-se basicamente à compra e venda de energia pelas distribuidoras, comercializadoras e geradoras através de contratos de curto ou longo prazo e de tarifas cobradas pelo uso da rede de distribuição (TUSD). Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semanais às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas preestabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo Poder Concedente. **b) Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços:** Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia. **c) Adiantamentos:** Referem-se a adiantamentos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, o Grupo possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, da Companhia e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas. A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação de transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas. A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2018, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 90.783 (R\$ 73.670 em 2017). Este valor é composto por R\$ 78.335 (R\$ 64.516 em 2017) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 2.160 (R\$ 1.516 em 2017) de benefícios pós-emprego e R\$ 10.288 (R\$ 7.638 em 2017) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência. As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

**Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto:**

	Consolidado				2018	2017	2018	2017
	ATIVO	PASSIVO	RECEITA	DESPESA				
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	2018	2017	2018	2017
<b>Adiantamentos</b>								
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	—	657	691	—	—	—	—	—
Foz do Chapeco Energia S.A.	—	930	979	—	—	—	—	—
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	—	1.155	1.212	—	—	—	—	—
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	—	418	440	—	—	—	—	—
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
Entidades sob o controle comum (Controladas da State Grid Corporation of China)	—	16	13.330	—	—	152.369	91.302	—
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	—	2.993	13.169	12	—	44.575	80.362	—
Foz do Chapeco Energia S.A.	—	41.850	37.415	18	—	490.713	381.193	—
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	943	823	78.639	51.381	10.338	8.763	354.430	281.530
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	—	13.397	19.458	19	—	143.845	137.376	—
<b>Intangível, Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviço</b>								
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	2	153	—	—	2.225	1.582	—	—
Foz do Chapeco Energia S.A.	15	2	—	—	2.143	1.726	—	—
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	2	152	—	—	1.902	1.665	—	—
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	534	416	—	—	3	(469)	—	—
<b>Contrato de Mútuo</b>								
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	—	—	—	—	—	327	—	—
<b>Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio</b>								
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	3	108	—	—	—	—	—	—
Chapecoense Geração S.A.	33.733	32.734	—	—	—	—	—	—
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	65.010	21.184	—	—	—	—	—	—
<b>Outros</b>								
Instituto CPFL	—	—	—	—	—	—	4.151	3.613

## 31. SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2018
Ativo financeiro das concessionárias de energia	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	7.630.552
Transporte	Transporte nacional	502.930
Material estocado	Incêndio, raio, explosão e roubo	249.501
Automóveis	Cobertura para terceiros	14.585
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica	268.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	745.991
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	352.931
<b>Total</b>		<b>9.764.489</b>

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segregada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

## 32. GESTÃO DE RISCOS

Os negócios do Grupo compreendem, principalmente, geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL. **Estrutura do gerenciamento de risco:** No Grupo CPFL, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna, Riscos e Compliance e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos. O Conselho de Administração da CPFL Energia deliberou sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los. Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos. Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sob a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles. A Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação. A Gerência de Auditoria Interna, Riscos e Compliance é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo CPFL, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo CPFL está exposto, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e aos parâmetros de controle de mitigação, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas. As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem: **Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando as despesas financeiras relativas a operações estrangeiras ou reduzindo parcela relevante decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar, dos contratos de venda de energia do empreendimento controlado em conjunto, ENERCAN. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A exposição relativa à receita da ENERCAN, proporcional a participação detida pela Companhia, está protegida com a contratação de instrumento financeiro do tipo zero cost collar, descrito na nota 33.b.1. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 33. Adicionalmente as controladas do Grupo estão expostas em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as controladas de distribuição de eventuais perdas econômicas. **Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 33. **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,27% a.a. durante o exercício de 2018 (8,54% a.a. em 2017) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23. A rubrica de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 617.545 em 2018 (perdas de R\$ 235.852 em 2017) (nota 33).

## 29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A segregação dos segmentos operacionais do Grupo é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação pelos tipos de negócio: atividades de distribuição, geração (fontes convencionais e renováveis), comercialização de energia elétrica e serviços prestados. Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados razoavelmente, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém mais informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio e segmentos. A partir de 2018, em função da forma como a nova Administração do Grupo monitora os resultados dos segmentos, o intangível adquirido em combinação de negócios que era anteriormente alocado aos respectivos segmentos passou a ser apresentado na própria controladora em que é registrado, no segmento "Outros". De forma a manter a comparabilidade, as informações de 2017 estão sendo apresentadas no mesmo critério.

dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas controladas de distribuição. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** O Grupo mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, o Grupo utiliza-se de sistema de software (*Luna e Bloomberg*), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais o Grupo está exposto. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pelo Grupo suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que o Grupo tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçada, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, o Grupo não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

## 33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Grupo são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	Consolidado 31/12/2018	
				Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 1	342.346	342.346
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	1.549.111	1.549.111
Derivativos	33	(a)	Nível 2	640.625	640.625
Derivativos - zero-cost collar	33	(a)	Nível 3	16.367	16.367
Ativo financeiro da concessão - distribuição	10	(a)	Nível 3	7.430.149	7.430.149
<b>Total</b>				<b>9.978.598</b>	<b>9.978.598</b>
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (**)	5.804.704	5.778.656
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	5.631.255	5.631.255
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	8.506.478	8.551.063
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	434.367	434.367

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

**Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017** (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**e) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros do Grupo. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração. As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias. **Consumidores, Concessionárias e Permissionárias:** A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito. O Grupo utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor, consistindo em um grande número de pequenos saldos. As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão do Grupo sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis. Em 31 de dezembro de 2018, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber por tipo de contraparte era representado pelo saldo total registrado apresentado na nota 6 - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias. **Caixa e equivalentes de caixa:** O Grupo limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-. O Grupo considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2017 e 2018 que os títulos tivessem uma perda por redução ao valor recuperável, utilizando o critério de perdas esperadas. **f) Análise de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2018, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que o Grupo deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2018	Nota explicativa	Consolidado						Total
		Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	15	2.368.142	29.618	325	194.898	–	138.138	2.731.121
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	204.626	686.531	2.235.355	5.630.763	2.762.770	2.765.395	14.285.440
Derivativos Debêntures - principal e encargos	33	–	32	9.908	15.695	10.327	–	35.962
Taxas regulamentares	17	81.852	450.576	1.009.204	5.871.723	2.349.058	1.196.565	10.958.978
Uso do bem público	19	149.159	1.497	–	–	–	–	150.656
Outros	22	83.372	92.414	50.208	36.137	48.193	147.643	252.905
Consumidores e concessionárias EPE/FNDC7/PROCEL		43.022	42.992	7.598	–	–	47.831	141.443
Convênio de arrecadação		40.188	44.831	–	–	–	–	85.018
Fundo de reversão		127	255	1.330	3.054	3.054	8.219	16.039
Aquisição de negócios		–	–	7.598	–	–	–	7.598
<b>Total</b>		<b>2.887.933</b>	<b>1.265.103</b>	<b>3.320.715</b>	<b>11.752.270</b>	<b>5.173.402</b>	<b>4.303.791</b>	<b>28.703.212</b>

### 34. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

31/12/2018	31/12/2017	Consolidado	
		Ativo financeiro da concessão	Ativo intangível
Ativo financeiro da concessão	–	–	(12.338)
Ativo intangível	–	–	(22.165)
Ativo imobilizado	–	–	(4.800)
Preço de aquisição pago	–	–	(39.303)
<b>Outras transações</b>			
Juros capitalizados no imobilizado	10.591	29.817	
Juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição	18.015	20.726	
Pagamento de mútuo com dividendo de minoritários	377	259	
Provisão de custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	1.684	41.213	
Transferência entre ativo imobilizado e outros ativos	5.515	32.600	

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da CPFL Energia S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2018 e, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, e nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, datado de 11 de março de 2019, são de opinião que os referidos documentos estão em condição de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, a ser realizada em 30 de abril de 2019.

	Campinas, 25 de março de 2019	
<b>LISA GABBAI</b>	<b>RAN ZHANG</b> Conselheiros	<b>RICARDO FLORENCE DOS SANTOS</b>

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<b>BO WEN</b> Presidente	<b>SHIRONG LYU</b> Vice-Presidente	<b>YAN QU</b> <b>YUMENG ZHAO</b> <b>GUSTAVO ESTRELLA</b>	<b>ANTONIO KANDIR</b> <b>MARCELO AMARAL MORAES</b>
		Conselheiros	

## DIRETORIA

<b>GUSTAVO ESTRELLA</b> Diretor Presidente, acumulando as funções de Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios	<b>YUEHUI PAN</b> Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores	<b>WAGNER LUIZ SCHNEIDER DE FREITAS</b> Diretor Vice-Presidente de Gestão Empresarial	<b>SERGIO LUIS FELICE</b> Diretor de Contabilidade CT CRC 1SP192767/O-6
<b>YUMENG ZHAO</b> Diretor Presidente Adjunto	<b>GUSTAVO PINTO GACHINEIRO</b> Diretor Vice-Presidente Jurídico e de Relações Institucionais	<b>LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO</b> Diretor Vice-Presidente de Operações Reguladas	
		<b>KARIN REGINA LUCHESI</b> Diretora Vice-Presidente de Operações de Mercado	

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Conselheiros e Acionistas da

**CPFL Energia S.A.**

Campinas - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CPFL Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**(a) Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada**

(Notas explicativas 3.10 e 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas)

A receita não faturada reconhecida pela Companhia corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que em alguns casos sucedem ao período de encerramento contábil. O reconhecimento da receita não faturada leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Companhia acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores. Devido à relevância dos valores e do julgamento envolvido que podem impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

*Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Avallamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Envolvermos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados. Analisamos as principais premissas utilizadas pela Companhia no desenvolvimento de tal estimativa, tais como índice de perdas técnicas e comerciais. Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos pela Companhia com expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

**(b) Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos**

(Notas explicativas 3.11 e 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros com base no julgamento da Companhia e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos créditos

tributários e ao fato de qualquer mudança nas metodologias e premissas para a determinação dessas estimativas poder impactar de forma relevante o valor desses ativos e, consequentemente, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

*Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Avallamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises quanto à probabilidade da existência de lucros tributáveis futuros. Com o suporte de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas e das metodologias utilizadas pela Companhia na projeção de lucros tributáveis futuros, especialmente as relativas ao crescimento econômico projetado, volume e preço de venda de energia e as taxas de desconto e comparamos com dados disponíveis no mercado. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.

Do decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação dos ativos fiscais diferidos, os quais não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas tomadas em conjunto, ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

**Outros assuntos**

***Demonstrações do valor adicionado***

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Em 2018, na controladora CPFL Energia houve a integralização de AFAC no montante de R\$ 350.000 (R\$ 1.406.520 em 2017).

### 35. COMPROMISSOS

Os compromissos do Grupo relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2018, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2018	Duração	Consolidado				
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Aluguéis	até 9 anos	8.973	13.671	13.041	10.003	45.688
Compra de energia						
de Itaipu	até 26 anos	11.799.846	20.935.148	21.321.793	53.391.392	107.448.179
Compra de energia						
de Itaipu	até 26 anos	2.726.836	5.474.503	5.740.138	18.536.806	32.478.283
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	até 31 anos	2.461.362	6.499.568	8.296.273	30.353.340	47.610.543
Prêmio de risco - repactuação do risco hidrológico	até 29 anos	7.580	43.696	52.356	312.498	416.130
Projetos de construção de usina						
de usina	até 2 anos	39.459	2.028	–	–	41.487
Fornecedores de materiais e serviços	até 16 anos	125.394	280.971	316.999	1.500.320	2.223.684
Outros compromissos relacionados						
à exploração de concessões	até 14 anos	13.408	28.636	31.529	186.980	260.553
<b>Total</b>		<b>17.182.858</b>	<b>33.278.221</b>	<b>35.772.129</b>	<b>104.291.339</b>	<b>190.524.547</b>

Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas do segmento de energia renovável.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avallamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avallamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 11 de março de 2019



**KPMG**  
KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP027612/O-4

**Marcio José dos Santos**  
Contador CRC 1SP252906/O-0